Coleção

História Contada do
Banco Central do Brasil

IX

Carlos Geraldo Langoni

BANCO CENTRAL DO BRASIL

Coleção

História Contada do
Banco Central do Brasil

Brasília • 2019

Coleção

História Contada do
Banco Central do Brasil

IX

Carlos Geraldo Langoni

BANCO CENTRAL DO BRASIL

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca do
Banco Central do Brasil – v. 9

Banco Central do Brasil
Carlos Geraldo Langoni / Banco Central do Brasil – Brasília : Banco Central do Brasil, 2019.
106 p. ; 23 cm – (Coleção História Contada do Banco Central do Brasil; v. 9)

I. Banco Central do Brasil – História. II. Entrevista. III. Langoni, Carlos Geraldo. IV. Título. V. Coleção.

CDU 336.711(81)(091)

Apresentação

O Banco Central do Brasil tem mais de 50 anos. A realização de entrevistas orais com personalidades que contribuíram para a sua construção faz parte da memória dessa Instituição, que tão intimamente se vincula à trajetória econômica do país.

Essas entrevistas são apresentadas nesta *Coleção História Contada do Banco Central do Brasil*, que complementa iniciativas anteriores.

É um privilégio poder apresentar esta Coleção.

As entrevistas realizadas permitem não apenas um passeio pela história, mas também vivenciar as crises, os conflitos, as escolhas realizadas e as opiniões daqueles que deram um período de suas vidas pela construção do Brasil. Ao mesmo tempo, constituem material complementar às fontes históricas tradicionais.

O conjunto de depoimentos demonstra claramente o processo de construção do Banco Central como instituição de Estado, persistente no cumprimento de sua missão. A preocupação com a edificação de uma organização com perfil técnico perpassa a todos os entrevistados. Ao mesmo tempo em que erguiam a estrutura, buscavam adotar as medidas de política econômica necessárias ao atingimento de sua missão.

É evidente, também, a continuidade de projetos entre as diversas gestões, viabilizando construções que transcendem os mandatos de seus dirigentes.

Nossa expectativa com a publicação dessas entrevistas é contribuir com uma melhor compreensão acerca da evolução da Instituição e de sua atuação.

Queremos estimular a busca por conhecimentos sobre a história econômica do país e sobre como o Banco Central busca seus objetivos de **garantir a estabilidade do poder de compra da moeda e a solidez e eficiência do sistema financeiro**.

Ilan Goldfajn
Presidente do Banco Central do Brasil

Introdução

Carlos Geraldo Langoni nasceu em Nova Friburgo, no estado do Rio de Janeiro, em uma família que valorizava o ensino e a educação. Neto de um jornalista bastante respeitado na cidade, sua casa era um centro de convivência política.

No Colégio Nova Friburgo, projeto pioneiro da Fundação Getulio Vargas (FGV), havia a expectativa de que Langoni, bolsista da instituição, estudasse Engenharia. Contudo, o jovem estudante já havia se interessado por Economia e, assim, acabou por ingressar no curso de graduação da Faculdade Nacional de Economia, na Praia Vermelha, Rio de Janeiro, onde lecionavam Octavio Gouvêa de Bulhões, Isaac Kerstenetzky, Julian [Alfonso Magalhães] Chacel, Antônio Dias Leite, Jessé [de Souza] Montello, entre outros. Ao longo dos anos 1960, a profissão de economista foi ganhando prestígio, mas, ainda assim, era necessário obter formação complementar. Assim, Langoni procurou o curso organizado por Og [Francisco] Leme, no Centro de Treinamento para o Desenvolvimento Econômico Social (Cendec), e, posteriormente, recusou uma oferta de trabalho ao fazer a opção por cursar o programa de pós-graduação em Economia na Universidade de Chicago, na qual concluiu os cursos de mestrado e doutorado.

Langoni foi fortemente influenciado pelo estilo de ensino da Universidade de Chicago e por seus professores, principalmente Theodore William Schultz e Arnold Harberger. Schultz foi grande idealizador da teoria econômica da educação, cujas implicações e análise foram empregadas na tese de doutorado e em alguns trabalhos posteriores elaborados por Langoni.

Ao retornar ao Brasil, foi convidado por Affonso Celso Pastore e Antônio Carlos Rocca para juntar-se ao Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo (IPE/USP), onde estruturou o programa de pós-graduação e a *Revista de Estudos*

Econômicos. Ali também conheceu [Antônio] Delfim Netto, então ministro da Fazenda. Após quase três anos no IPE/USP, Edmar Bacha, com o aval do professor Mário Henrique Simonsen, convidou-o para lecionar na Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getulio Vargas (EPGE/FGV). Nesse momento, a EPGE passava a contar com a participação de vários professores, em geral jovens economistas recém-formados no exterior. Com a saída de Bacha e a posterior assunção do Ministério da Fazenda por Simonsen, Langoni assume o importante cargo de diretor da EPGE, não sem ter antes havido uma disputa interna. Um dos principais projetos que realizou como diretor da Escola foi dar início, em 1975, ao primeiro programa de doutorado em Economia no país.

Em agosto de 1979, Langoni assumiu, a convite de Ernane Galvêas, a Diretoria da Área Bancária do Banco Central, cargo que ocupou até janeiro de 1980. Nesse período, procedeu modernização operacional relevante para a instituição: a criação do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic), um dos primeiros sistemas no mundo a assegurar a liquidação virtual de transações com títulos públicos.

Com a nomeação de Galvêas para o Ministério da Fazenda, em janeiro de 1980, Langoni assumiu a presidência do Banco Central do Brasil, permanecendo no cargo até setembro de 1983. Em sua gestão, após um início expansionista com a pré-fixação da correção monetária pelo Planejamento, adotou-se uma política monetária ativa de taxa de juros reais, o que gerou um severo aperto de liquidez, com impacto sobre diversas instituições financeiras. No contexto internacional, o BCB liderou complexas negociações relacionadas à dívida externa brasileira que envolviam o Fundo Monetário Internacional (FMI), bancos centrais, governos e bancos privados internacionais. Em 1982, o México declarou moratória, e houve um duplo choque devido aos aumentos do preço do petróleo e das taxas de juros nos Estados Unidos (Libor). O Brasil dependia fortemente do petróleo importado, e o endividamento externo era elevado: a consequência foi um ajuste forçado de caráter recessivo, que incluiu uma maxidesvalorização cambial em fevereiro de 1983, além da centralização cambial,

racionando o uso das divisas. O objetivo era reduzir o *deficit* em conta-corrente e recuperar as reservas internacionais.

Após sua passagem pelo Banco Central, Langoni retornou à FGV, onde criou o Centro de Economia Mundial (CEM), ao qual se dedica até hoje. Na área privada, foi *Chief Executive Officer* (CEO) do grupo NM Rothschild no Brasil, participando ativamente do processo de privatizações realizado durante o governo de Fernando Henrique Cardoso.

No âmbito do *Projeto Memória do Banco Central do Brasil*, Langoni concedeu entrevistas à equipe do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getulio Vargas (CPDOC/FGV) entre junho e outubro de 1998. Tais entrevistas foram retomadas em fevereiro e março de 2018.

Cabe ressaltar que a reconstituição da construção do Banco Central por meio da história oral relatada por seus atores permite não apenas a complementação de informações existentes em documentos já publicados, mas também conhecer as avaliações, os dilemas, as escolhas e as influências familiares, acadêmicas e da rede de relacionamentos de cada um deles, colocando, assim, o indivíduo e o contexto histórico como agentes determinantes na edificação da Instituição.

As entrevistas realizadas foram transcritas e submetidas a processo de edição por parte da equipe envolvida e revistas pelos entrevistados, mantendo-se fiel à narrativa e transformando-as, assim, nos volumes que compõem a *Coleção História Contada do Banco Central do Brasil*.

Sumário

Introdução, 9

Capítulo 1: Uma Família de Friburgo, 15

Capítulo 2: A Universidade de Chicago, 28

Capítulo 3: O Debate Econômico da Década de 1970: distribuição de renda, 45

Fotos, 67

Capítulo 4: Realizando um Sonho: a Fundação Getulio Vargas, 75

Capítulo 5: Presidente do Banco Central, 84

Índice Onomástico, 102

Capítulo 1

Uma Família de Friburgo

Podemos conversar sobre sua família e sua infância?

Nasci em Nova Friburgo, no estado do Rio de Janeiro, em uma típica família de classe média. Friburgo foi a primeira cidade brasileira a receber imigrantes não portugueses; seus fundadores eram suíços, do cantão de Fribourg, metade francês e metade alemão; daí Nova Friburgo. Portanto, a cidade tem forte influência europeia não portuguesa e isso explica, de certa forma, o ambiente, não só econômico – em sua maioria, pequenas e médias indústrias – mas também intelectual, com muitos colégios importantes. Dois, pelo menos, marcaram muito a cidade: o Colégio Anchieta, jesuíta; e o Colégio Nova Friburgo (CNF) da Fundação Getulio Vargas (FGV), o grande projeto educacional da Fundação.

Seus pais eram descendentes de imigrantes?

Meu pai era filho de italianos, e minha mãe descendia de alemães, mas sua família já era brasileira de algumas gerações. Meus pais se separaram quando eu era criança. Meu pai, advogado, foi estabelecer-se em Teresópolis e constituiu nova família; praticamente não tive convívio pessoal com ele. Fui criado por minha mãe e meus avós maternos.

Meu avô, Pedro Curio, teve grande influência em minha vida, além de minha mãe. Vovô possuía uma gráfica, de onde tirava o sustento. Mas publicava também um jornal chamado *O Nova Friburgo*, o que era muito interessante, porque nossa casa era a continuação da gráfica e do jornal. Vovô era um jornalista de grande destaque em Friburgo e *O Nova Friburgo* era um jornal independente e muito influente. Eu achava muito interessante a definição do jornal, escrita em letras garrafais na parede da gráfica: "Uma voz das montanhas que fala ao coração do Brasil".

Nossa família tinha uma vida muito modesta, porque o jornalismo é uma profissão sacrificada, muito mais ainda no interior. O jornal era a paixão do meu avô, tanto que nossa casa era um centro de convivência política; todos os políticos importantes do estado, quando iam a Friburgo, tinham que visitar meu avô e eu, desde pequeno, ficava ao seu lado, ouvindo as conversas e tentando acompanhar.

Ele não quis fazer carreira política?

Acho que chegou a ser candidato a deputado estadual uma vez, mas não se elegeu e não insistiu. Meu tio Murilo [Curio], seu filho, foi vereador e candidatou-se a prefeito de Friburgo, mas foi derrotado.

Lembro que, naquela época, havia em Friburgo duas bandas de música e, para mim, uma das coisas mais importantes era ser neto do jornalista Pedro Curio porque, quando as bandas saíam para desfilar, paravam obrigatoriamente em frente ao jornal e tocavam durante cinco minutos em homenagem ao vovô.

Seu avô chegou a escrever um livro sobre a cidade, não é?

Sim, com o título *Como surgiu Friburgo*, e é uma pesquisa histórica.[1] Vovô era um historiador e pesquisou toda a história de Friburgo nos arquivos da prefeitura; aqui no Rio, na Biblioteca Nacional; e conseguiu também um material vindo da Suíça. Publicou esse livro em uma edição pequena, feita em sua própria gráfica. Anos mais tarde, tive a satisfação de financiar sua reedição, coisa que lhe deu enorme alegria, já nos seus 80 anos.

E sua mãe, já trabalhava fora?

Sim. Chamava-se Marina Curio e era professora em tempo integral, dava aulas das 7h às 22h nos diversos colégios da cidade, em cursos primários e secundários. Não é por ser minha mãe, mas era uma excelente professora de português. Aliás, quando eu já era presidente do Banco Central, ela ficava tomando conta das minhas entrevistas

1 CURIO, Pedro. *Como surgiu Friburgo*: esboço histórico e episódico 1818-1840. Rio de Janeiro: O Nova Friburgo, 1944.

e, sempre que eu cometia algum erro de português, telefonava-me à noite, dizendo: "Meu filho, você não usou a concordância correta... o verbo correto...".

Mamãe era uma mulher excepcional. Trabalhava em três empregos. Era uma professora brilhante e muito querida, todas as turmas a escolhiam como paraninfa. E, além de tudo, era empreendedora. Fundou, mesmo sem recursos próprios, o primeiro jardim de infância da cidade, cujo nome era Cirandinha, na garagem do colégio das freiras.

Havia ainda minha avó, que era poetisa – escrevia poemas belíssimos. Assim, fui criado em um ambiente intelectual muito rico, apesar de sermos de uma classe média bem pobre, que valorizava muito o ensino e a educação – talvez tenha nascido daí esse meu fascínio pela educação.

O senhor é filho único?

Não, tenho uma irmã, Maria Alice, extremamente inteligente e minha grande amiga. E irmãos por parte de pai, mas não tenho nenhuma convivência com eles.

Onde o senhor fez seus primeiros estudos?

Inicialmente em escola pública, onde mamãe dava aulas no curso primário,[2] o que era muito comum no interior. Lembro-me de que eu e ela íamos juntos, em sua bicicleta. A diretora dessa escola era dona Letícia. Depois, na terceira série do ensino primário, ganhei uma bolsa de estudos para o Colégio São José. A partir daí, toda a minha vida acadêmica foi realizada com bolsas de estudos. No quarto ano, fiz um concurso promovido pela prefeitura para duas vagas no Colégio Nova Friburgo, da FGV, que era um colégio muito caro. Depois, vim a saber que as bolsas de estudos eram custeadas pela prefeitura de Nova Friburgo e pelo próprio doutor Luís Simões Lopes, presidente da Fundação.

2 O curso primário corresponde hoje ao nível fundamental 1.

O Colégio Nova Friburgo foi considerado, desde sua fundação, um projeto revolucionário sob o ponto de vista curricular e metodológico. O senhor se adaptou facilmente?

Não. Foi um choque cultural tremendo. Garoto tímido do interior, de repente, comecei a conviver, em regime de tempo integral, com colegas do Brasil inteiro e muitos deles, inclusive, de nível social distinto. O início foi difícil: eu pegava o ônibus às sete horas da manhã, naquele frio tremendo de Friburgo, aquela neblina que cobria a cidade toda… uma imagem que nunca esqueci é a da chegada do ônibus ao colégio, cortando a neblina, porque o colégio ficava em uma colina e estava sempre ensolarado. Nós íamos pelo meio da neblina, por uma estrada perigosíssima e, na metade do caminho, era possível ver Friburgo coberta por um manto de névoa, de um lado, e o colégio já banhado pelo sol, do outro. Inesquecível.

O Colégio Nova Friburgo foi um marco em minha vida, mudou completamente meu destino, porque me deu oportunidade de estudar em uma das escolas mais avançadas do Brasil na época. Só para dar uma ideia: o colégio já utilizava sistemas audiovisuais, professores de altíssimo nível em tempo integral, além de ser o primeiro no país a ter aulas de educação sexual. Foi uma revolução! Um jornal do Rio chegou a fazer uma matéria sobre a influência comunista no Colégio Nova Friburgo, porque um colégio tão avançado, tão liberal, só podia ser coisa de comunista.

Havia estudos em grupo, pesquisas na biblioteca, leituras obrigatórias. Não apenas aprendíamos a estudar, a pesquisar, como tínhamos um horário da biblioteca. E o mais curioso é que, depois, descobri que toda a metodologia usada pelo colégio originou-se da *Lab School* da Universidade de Chicago, onde fui estudar mais tarde. Era uma *high school* mantida pela universidade – o próprio nome já diz, era uma escola-laboratório –, onde se adotava uma metodologia completamente inovadora. Esse sistema, de muita ênfase na pesquisa individual, não só na sala de aula, era reproduzido em sua grande maioria pela FGV no Colégio Nova Friburgo.

Como eram recrutados os professores?

No Brasil inteiro. A Fundação sempre teve prejuízo financeiro com o colégio, porque era impossível cobrir seus custos apenas com as anuidades. Os professores eram contratados para dedicação exclusiva e instalavam-se com suas famílias em casas nas cercanias do colégio, que contava com uma estrutura muito sofisticada: vila olímpica, campo de futebol, piscina, ginásio de basquete, campo de atletismo. O colégio dava imenso valor ao esporte, tanto que ganhávamos todas as olimpíadas disputadas com os outros colégios da cidade.

O colégio era misto?

Não no meu tempo, infelizmente; só quando eu estava saindo é que começaram a chegar as primeiras meninas. Na minha época, promovíamos festas e convidávamos as meninas da cidade. Era um grande sucesso e uma oportunidade maravilhosa para conseguir namorada. Apesar de ser um colégio exclusivamente masculino, era muito avançado, uns vinte anos à frente do que se fazia no Brasil na época: tinha teatro, clube de cinema, jornal e várias atividades extracurriculares. Discutia-se de tudo lá dentro.

Inclusive política?

Como não?! Entrei no colégio em 1955, meses após o suicídio de Getulio Vargas, em agosto de 1954, e saí em 1962. Debatia-se política intensamente, e o jornalzinho do colégio comentava e criticava tudo. Talvez por isso, por ser um ambiente em que o debate político era muito franco e que abrigava professores de todas as tendências ideológicas. E, em certo momento, houve uma acusação de que estávamos recebendo orientação ideológica comunista, o que não era verdade, pois o colégio era extremamente equilibrado nesse aspecto.

Como foi seu desempenho escolar?

Sempre fui o primeiro ou segundo aluno da turma. A manutenção da bolsa de estudos dependia do meu desempenho, por isso sempre me esforcei muito. Eu tinha muita gana, uma necessidade de estudar e sempre fui bom aluno. Depois, ganhei a bolsa para fazer o curso

científico, hoje, ensino médio. Naquela época, havia uma disputa muito grande entre os colégios pelos melhores lugares nos exames vestibulares, e o Colégio Nova Friburgo começou a se destacar; seus melhores alunos estavam sempre entre os primeiros colocados no vestibular. Como eu era um dos melhores alunos da turma, estava cursando o científico e ia fazer vestibular para Engenharia. Naqueles anos, passar no vestibular para Engenharia sem fazer cursinho pré-vestibular era considerado um grande feito.

O senhor ainda não pensava em estudar Economia?

Nada! A Economia não era uma carreira muito considerada, misturava-se com Contabilidade. Economista era quem não passava para engenharia, essa é que é a verdade. Mas eu fiz um teste vocacional, algo revolucionário na época, aplicado por um órgão da FGV, dirigido por um professor espanhol, se bem me lembro.[3] Meu teste indicou Arquitetura e Economia, e eu, no fundo, já estava me encantando com Economia, mas não tinha coragem de mudar, pois já estava no meio do curso. Eu era muito bom em matemática, física e química, mas também gostava de história e de economia, mesmo sem saber muito bem do que se tratava. Era algo mais intuitivo, talvez porque eu gostasse muito de política, por influência do jornal do vovô.

Eu já estava na metade do ano e não tinha coragem de contar para o diretor do colégio que queria estudar Economia, ainda mais sendo bolsista. Ia desapontá-lo, pois, afinal de contas, ele contava comigo para ser um dos primeiros colocados no vestibular de Engenharia. Aí minha mãe, que era extremamente inteligente e sensível, percebeu meu drama e, sem me dizer nada, procurou o Amaury [Pereira Muniz], diretor do colégio, que ela conhecia: "Amaury, meu filho está vivendo este dilema, mas não sabe como dizer a você". Dias depois, Amaury me chamou ao seu gabinete e disse: "Você está indo muito bem, mas tenho observado e tenho a impressão de que, na verdade, não é bem Engenharia que você quer estudar". Fiquei muito aliviado e respondi: "Professor Amaury, que bom que o senhor levantou esse

3 Os testes vocacionais foram introduzidos no Brasil pelo Instituto Superior de Orientação Pedagógica (Isop) da FGV, dirigido pelo psicólogo espanhol Emílio Mira y López.

assunto! No fundo, no fundo, quero mesmo é fazer Economia, é o que me interessa". O Amaury concordou e apenas disse: "Está certo, mas você vai ter que continuar fazendo as cadeiras do científico e mais as do clássico. Você topa?". Eu respondi: "Não tem problema". Tive que me desdobrar para fazer simultaneamente o curso científico e as cadeiras de Economia, mas consegui. Vejam só, minha mãe foi genial; percebeu tudo e foi perfeita, como só as mães sabem ser.

Para que faculdade o senhor prestou exame vestibular?

Para a Faculdade Nacional de Economia, na Praia Vermelha. Mudei-me para o Rio com dezessete anos, foi um drama. Mas, naquela época, para eu sair de Friburgo e vir para o Rio, foi complicado. Vim morar em um quarto na Rua Marquês de Abrantes, no Flamengo, para me preparar para o vestibular. A faculdade de Economia tinha um curso pré-vestibular intensivo, de dois meses – o exame era em fevereiro –, gratuito e funcionando na própria faculdade. Fiz esse cursinho e passei em sétimo lugar no vestibular. Não fiquei nada satisfeito com o resultado, mas, de qualquer maneira, consegui ficar entre os dez primeiros.

O senhor ingressou na universidade em 1963, uma época de grande radicalização política. De que forma essa agitação se refletia dentro da faculdade?

Havia uma sensação muito grande de desgoverno. O período que antecedeu a revolução foi de grande tensão, porque os estudantes, eu inclusive, eram todos simpáticos à democracia. Mas a maioria da faculdade de Economia apoiou a revolução, talvez por possuir uma tendência majoritariamente conservadora. Mais tarde, alguns alunos acabaram envolvendo-se em movimentos contrarrevolucionários, mas, durante todo o curso de graduação, o grupo conservador dominou o diretório da faculdade.

O senhor participou da política estudantil?

Logo de início, envolvi-me no diretório acadêmico, onde passei a ser muito ativo. Talvez por ter já vencido várias etapas unicamente por esforço individual, passei a ter uma posição mais conservadora. Nas

eleições para o diretório, fiz parte da chapa de oposição à esquerda, apesar de nunca ter tido uma posição radical, do ponto de vista ideológico. Mas havia liberdade política e, mesmo durante o governo [Humberto de Alencar] Castelo Branco, a liberdade estudantil foi mantida, tanto que continuou havendo eleições para o diretório, com disputa de chapas.

É bem verdade que só fiquei na universidade durante o período do governo Castelo Branco, porque, em 1967, fui para os Estados Unidos, não estive aqui durante o período mais duro.

Ao longo do governo do Castelo, houve relativa liberdade política, porque ele manteve o Congresso funcionando. Considerando todo o regime militar, o governo do Castelo é historicamente o período mais condescendente, mais brando em termos de repressão. Então, eu vivi uma época de transição, não peguei a fase realmente dura do regime, durante o governo da Junta Militar;[4] voltei já durante o governo [Emílio Garrastazu] Médici, em 1970.

Que atividades desempenhou no diretório acadêmico?

Inventei várias coisas. Como gostava muito de Economia e achava que a faculdade, apesar de muito boa, precisava de um complemento, logo elaborei um programa de seminários e comecei a trazer convidados de fora, do governo, para dar palestras. Um deles, que fez grande sucesso, foi Mário Henrique Simonsen, que não era professor da Faculdade Nacional de Economia – nunca chegou a ser, aliás. Levei também o Jaime Magrassi de Sá, presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), e o Roberto [de Oliveira] Campos, ministro do Planejamento.

A escola era o máximo! A Faculdade Nacional de Economia era, disparado, a melhor do país, não tinha nenhum competidor, nem em São Paulo. O curso de Campinas não existia naquela época. O centro do estudo de Economia do Brasil era o Rio, com a Faculdade

4 Junta Governativa Provisória formada por representantes das Forças Armadas – Aurélio de Lira Tavares, Augusto Rademaker e Márcio de Sousa Melo – assumiu o governo após o falecimento do general Artur da Costa e Silva em 1969, até a posse do general Médici, de 31 de agosto a 30 de outubro de 1969.

Nacional de Economia e a FGV, mas esta, que tinha abrigado a faculdade de Economia em seus primórdios, estava iniciando o curso de pós-graduação. No nível de graduação, ela só mantinha o curso de Administração Pública, na Escola Brasileira de Administração Pública (Ebap).

Eram enormes os vínculos da Fundação com a Faculdade de Economia. Eugênio Gudin deu aulas lá, embora não tenha sido meu professor. Foram meus professores: Octavio Gouvêa de Bulhões, Isaac Kerstenetzky, Julian Chacel. Maria da Conceição [de Almeida] Tavares, que era assistente do Bulhões, foi minha professora de teoria de preços, muito ortodoxa na época; Jessé Montello, que depois foi presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), lecionava estatística. Rui Nogueira, por sua vez, era um fantástico professor de matemática.

Bulhões chegou a professor emérito. Tive aulas de teoria monetária com ele quando era, ao mesmo tempo, ministro da Fazenda do governo Castelo Branco, entre 1964 e 1967. Apesar de todas as atribulações daquele período, ele nunca deixou de dar aulas.

Era um luxo ter o próprio ministro da Fazenda como professor, não?

É verdade. Ele chegava dirigindo o próprio carro, sozinho, sem motorista nem segurança, era super-respeitado. A turma tinha tanta admiração pelo Bulhões que o fato de ser ministro da Fazenda do governo militar, em uma época meio complicada no meio estudantil, nunca impediu que fosse respeitadíssimo.

Mas a faculdade tinha também outro lado: aquele famoso *show* da Bossa Nova, o primeiro realizado no Teatro de Arena, foi organizado pelo nosso diretório, e eu tive participação ativa. Foi um *show* famosíssimo: levamos João Gilberto [Prado Pereira de Oliveira], Antônio Carlos [Brasileiro de Almeida] Jobim, Jorge Ben [Jor], vários cantores. Esse *show* faz parte da história da Bossa Nova, e quem organizou tudo foi o nosso diretório. Mas minha maior preocupação era a sobrevivência e, por isso, comecei logo a dar aulas particulares para poder me manter no Rio.

Sua mãe lhe enviava algum dinheiro?

Sim, no início. Mas ela era professora e ganhava muito pouco e, assim, logo no primeiro ano, comecei a dar aulas no curso pré-vestibular. Como a única vaga que havia, naquele momento, era para ensinar geografia, tornei-me professor de geografia!

Meu negócio era estudar, por isso nunca deixei que a atividade político-estudantil prejudicasse meus estudos; como resultado, sempre fui o primeiro ou o segundo aluno da turma. Havia outros muito bons, como o Carlos Von Doellinger, que também estudou comigo, mas acabei me formando em segundo lugar em 1966 – naquele tempo, ainda existia esse negócio de classificação na formatura. Em suma, eu tinha uma posição mais conservadora, porque não me deixei levar apenas pela política estudantil. Participava do diretório, mas cuidava da parte mais cultural. Minha grande ambição era estudar e fazer um curso no exterior.

Qual era sua rotina de estudante universitário?

Eu ficava na faculdade praticamente o dia todo, saía apenas para dar aulas. Frequentava as aulas pela manhã e passava o resto do dia na biblioteca, até porque não havia o mínimo conforto em casa – morava, como eu disse, em um quarto com outra pessoa, em um apartamento simples e não tinha dinheiro para comprar livros. Tenho algumas recordações curiosas: a alimentação era um ponto muito importante, e lembro que uma das razões para a revolta dos estudantes foi a tentativa de aumento do preço do bandejão. Fui muito solidário porque, de fato, para um estudante pobre, qualquer centavo faz uma diferença enorme. Eu almoçava e jantava, inclusive aos sábados e domingos, no bandejão da Praia Vermelha, um restaurante pequeno que servia uma comida modesta, mas bastante razoável.

Como se deu sua formação intelectual na universidade? O que o atraía mais na Economia?

Toda a parte macroeconômica, porque sempre tive facilidade para matemática. Mas, ao contrário do Simonsen, quando aprofundei meus estudos em Economia, desenvolvi uma linha de análise mais

qualitativa do que propriamente quantitativa, apesar de minha tese de doutorado possuir uma componente econométrica bastante avançada para a época. Depois, aprofundei meus estudos na área de distribuição de renda.

O que eu gostava mesmo sempre foi análise econômica, mais na linha do Bulhões, do Gudin, do que propriamente na linha do Simonsen, que teve uma formação diferente da minha. O Simonsen sempre foi um grande matemático, um grande engenheiro, que, depois, foi estudar economia, sendo o grande inovador no Brasil em termos do uso da matemática na Economia. Foi muito criticado na época, porque muitos achavam que a matemática, de certa forma, desfigurava a Economia, que a transformava em uma ciência exata, deixando de ser uma ciência social. Eu, de certa maneira, vivi uma transição. Comecei a perceber que a economia moderna precisava, além da matemática, de instrumentos estatísticos sofisticados (econometria).

Mas, ao mesmo tempo, a análise qualitativa me fascinava: as aulas do Bulhões, as palestras do Gudin. Felizmente, tive aulas com professores de todas as formações. Fui aluno, por exemplo, de Antônio Dias Leite, que depois foi ministro de Minas e Energia do Costa e Silva e do Médici. O Dias Leite, que também me impressionou muito, tinha uma formação parecida com a do Simonsen: era engenheiro e lecionava análise de projetos, algo completamente novo e fascinante. Assim, fui logo atraído pela macroeconomia. Daí surgiu meu interesse pelo setor público. Nunca me imaginei trabalhando como executivo em uma empresa ou como teórico matemático. Sempre soube que minha vocação era a análise do grande marco macroeconômico e me apaixonei pela área de crescimento econômico, de desenvolvimento econômico.

Um professor que também me impressionou muito e que seguia essa linha mais clássica – e, portanto, marcou muito minha formação – foi Julian Chacel, que ensinava introdução à Economia. Chacel era da escola clássica francesa, muito sólido nos conceitos econômicos, e isso me entusiasmou muito. Tinha uma aparência um pouco mal-humorada, mas, quando você o conhecia melhor, via que não era nada disso: era uma pessoa de grande senso de humor. Sempre nos demos bem, embora todo mundo sentisse muito medo dele. Na primeira aula, o Chacel chegou, cara fechada, e disse uma frase que

jamais esqueci: "Se vocês pensam que estudando economia vão ficar ricos, podem desistir, porque, se isso fosse verdade, eu não estaria aqui dando aula para vocês". Foi ótimo, metade da turma abandonou o curso – éramos 80 alunos e ficaram só 40.

Pensando bem, fui um privilegiado, estudei em um dos melhores colégios do país, depois tive os melhores economistas do Brasil como professores na universidade e, finalmente, obtive uma bolsa de estudos para fazer o doutoramento na Universidade de Chicago, uma das melhores do mundo.

Tendo em vista seu interesse pela análise qualitativa, como o senhor dialogava com as teses e o pensamento de esquerda da época?

Um texto que me marcou muito foi "*Formação econômica do Brasil*",[5] de Celso [Monteiro] Furtado. Aliás, acho que é sua grande obra. Trata-se da primeira análise rigorosa da história brasileira feita sob um ângulo econômico. É bom lembrar que, naquela época, havia o grande debate Comissão Econômica para a América Latina (Cepal) *versus* FGV e, de certa forma, fui atraído, no início, pelas ideias do Celso Furtado e do Raúl Prebisch, e discutíamos isso na faculdade. Mas começou nessa época também, e é importante lembrar, uma presença muito forte dos economistas da FGV. Bulhões, Simonsen e Roberto Campos começavam a apresentar suas teses. Esses homens mudaram o *status* do economista, profissão que era considerada, até então, um contador de luxo. A verdade é a seguinte: os economistas assumiram o poder com os militares. Se houve uma classe profissional privilegiada com a mudança política no país, foi a dos economistas. Celso Furtado já havia sido ministro de João [Belchior Marques] Goulart, Roberto Campos havia sido do BNDE, mas ambos se subordinavam aos políticos. Já no governo militar, a influência dos economistas no processo de decisão política aumentou muito. Roberto Campos, por exemplo, era a grande estrela do governo Castelo Branco, dominava praticamente toda a estratégia de governo. A economia passou a ser primeira página dos jornais, até porque o debate político foi perdendo importância relativa.

5 Escrito por Celso Furtado em 1958 e publicado em 1959, tornou-se um clássico da análise histórico-econômica brasileira, logo após seu lançamento.

Se o senhor reconhece a influência de Celso Furtado e o impacto de Raúl Prebisch, por que se filiou intelectualmente ao campo mais conservador, mais liberal?

Talvez por ter tido sucesso nessa empreitada de ascensão social. Eu sou um testemunho vivo da mobilidade social que houve no país, começando no governo Juscelino Kubitschek [de Oliveira]. E eu sou fruto dessa mobilidade; por isso, tinha que ser otimista em relação ao Brasil. A esquerda tinha uma visão muito pessimista, quase de um determinismo histórico.

Vamos tomar como exemplo as teses sobre o círculo vicioso da pobreza. No início, aquilo me fascinou, mas depois comecei a pensar: por que esse determinismo? Por que essa ideia de uma sociedade com excesso de mão de obra, em que os salários nunca podiam subir? Por que a dependência dos produtos primários? Na época, apesar de eu ainda não ter uma formação sofisticada, isso já me incomodava, pois se contrapunha à minha própria experiência pessoal. Afinal de contas, que pessimismo é esse, se eu consegui vencer, apesar das enormes dificuldades, as barreiras de ordem social?

E, assim como o senhor, tantos outros.

Isso mesmo. Vi colegas meus passando pelo mesmo processo, dando saltos significativos na escala social por meio da instrução. Como eu, tinham conseguido chegar ao Rio de Janeiro e estudar gratuitamente na melhor faculdade do país.

Mas o que pesou mais na minha oposição foi mesmo a visão pessimista da esquerda, na época, em relação ao Brasil. Eu me empolgava mais com a visão do Juscelino, a visão do otimismo, do Brasil que vai dar certo. Eu apostava no desenvolvimento do país, era fã de Brasília, da indústria automobilística – ainda no colégio, fiz vários trabalhos sobre esses dois temas. Vivi uma época de transformações industriais importantes no país e, por isso, não podia aceitar teorias que determinavam, de certa forma, que o Brasil seria eternamente um produtor agrícola, um país de miseráveis, um país dependente, da periferia, isso era inadmissível para mim. Seria contrariar minha própria história.

Capítulo 2

Universidade de Chicago

O senhor se formou no final de 1966. Naquela época, a carreira de economista ainda era muito vinculada ao setor público?

Eu diria que a grande maioria dos economistas que se formaram na época foi trabalhar no governo, seja no âmbito federal ou estadual. Hoje, a inversão é radical: 90% vão para o setor privado. Mas, na iniciativa privada, os empregos para economista não tinham a sofisticação do setor público; eram considerados contabilistas de luxo. Ainda não era muito claro o papel do economista em uma empresa. Ainda não havia instrumentos sofisticados de avaliação de negócios por meio da análise de risco macroeconômico ou de risco microeconômico. Então, o economista ficava no meio-termo, espremido entre o engenheiro e o contador. Além disso, sofria a competição do administrador de empresas.

O grande empregador daquela geração era o Banco do Brasil. Depois do curso de Economia, prestava-se concurso para o Banco do Brasil e lá se fazia carreira.

Os concursos públicos eram muito atraentes naquele tempo, porque o governo Castelo Branco promoveu uma revolução no funcionalismo público: modernizou as carreiras, melhorou o salário do quadro mais qualificado e criou o concurso público obrigatório praticamente em todos os níveis, principalmente para os órgãos novos. O Banco Central, por exemplo, estava sendo criado a partir da Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc).[6] Abriu-se a carreira no Banco, e

6 Criada por meio do Decreto-Lei 7.293, de 2 de fevereiro de 1945, foi sugestão de Octavio Gouvêa de Bulhões, com o objetivo imediato de exercer o controle do mercado monetário e preparar a organização do Banco Central. Era subordinada diretamente ao ministro da Fazenda. O Banco Central foi criado em 31 de dezembro de 1964, por meio da Lei 4.595, iniciando seu funcionamento em março de 1965. https://www.bcb.gov.br/pre/Historia/Sumoc/historiaSumoc.asp

muitos economistas fizeram concurso. O BNDE estava em grande expansão, e os bancos de desenvolvimento se multiplicavam. Em suma, o economista ou permanecia na área acadêmica, dando aulas, ou ia para o setor público, ou atuava em ambos. No setor privado, ainda não existia uma verdadeira demanda por economistas.

Nos governos militares, houve a valorização da profissão do economista. Antes, havia alguns economistas importantes, mas eram personalidades que ocupavam cargos públicos. A partir do governo Castelo Branco, começou a surgir a figura do economista técnico, do tecnocrata.

O tecnocrata foi, realmente, uma criação dos governos militares.

O tecnocrata nada mais era do que a versão pública do economista. Quando tinha poder de decisão na área pública, o economista era considerado um tecnocrata e, aliás, muito criticado. Fazia-se certa transposição da crítica política, acusando os tecnocratas de frios e sem sentimentos, pois só lidavam com números. Isso porque foi a primeira vez que se começou a quantificar a economia, e ainda era um exercício muito limitado. A FGV era a única instituição que praticava a economia quantitativa. Isso chegou às faculdades e foi aplicado em termos de política econômica pela primeira vez.

Então, passou a haver uma curiosidade muito grande em torno da economia, e o economista passou a ganhar prestígio. Além disso, estabeleceu-se uma distinção mais nítida entre o papel do economista, o do contador e do engenheiro. De outro lado, a Ciência Econômica também avançou muito em seu instrumental macroeconômico e, principalmente, microeconômico. A teoria microeconômica, a teoria de análises de investimentos, introduziu conceitos de risco, a dimensão temporal, a teoria de expectativas, permitindo ao economista olhar o futuro de uma forma um pouco mais organizada.

Tudo isso ocorreu concomitantemente, e a profissão de economista ganhou prestígio no Brasil, muito em função do exercício do planejamento econômico, como um instrumento do dia a dia da economia brasileira. O sucesso dos planos de estabilização trouxe o debate econômico para o grande público, e todo mundo começou a

discutir economia como faz com futebol. Houve a multiplicação de faculdades, muitas vezes com enorme sacrifício da qualidade, porque o país ainda não possuía pessoal qualificado em número suficiente, ou seja, professores com uma formação mais sólida, com mestrado e doutorado, para responder a essa demanda.

O senhor mesmo foi um dos primeiros PhDs em economia em todo o Brasil, certo?

Fui o primeiro brasileiro a obter o doutorado em Economia na Universidade de Chicago. Mas, no Brasil todo, acho que fomos Edmar Bacha e eu os primeiros a completar um programa de doutorado no exterior – o Bacha dois anos antes de mim.[7] Estamos falando de 1970. Isso dá uma ideia de como o Brasil estava atrasado em matéria de formação de economistas. Nós tínhamos grandes professores como o Bulhões, o Simonsen, o Gudin, o Chacel e outros, mas, ou eram autodidatas ou, mesmo no exterior, só tinham chegado até o mestrado. Enquanto isso, as universidades americanas disparavam. Também é bom lembrar que, até meados dos anos 1960, as faculdades europeias tinham um prestígio imenso no Brasil. Os cursos de Economia, em geral, eram realizados na Inglaterra ou na França – Isaac Kerstenetzky, por exemplo, formou-se em uma universidade holandesa. Mas, a partir dos anos 1960, as universidades americanas tomaram a dianteira, e a formação do economista brasileiro passou a ser feita majoritariamente nos Estados Unidos.

Além da escassez de formação mais sistemática, as faculdades, no seu tempo, também se ressentiam da pobreza bibliográfica?

Era um horror, uma dificuldade tremenda! A grande falha da Faculdade Nacional de Economia era a pobreza franciscana de sua biblioteca. Para começar, poucos sabiam inglês, mesmo os tradutores; assim, as traduções eram muito pobres, mal feitas mesmo. Depois, não tínhamos o menor acesso aos chamados *papers*,[8] porque, já naquela época, a produção intelectual era muito mais veiculada por

7 Edmar Lisboa Bacha obteve o título de doutor pela Universidade de Yale em 1968.
8 Papers são a denominação usual para artigos técnicos publicados em periódicos especializados ou não.

meio de *papers* do que por livros. O livro, é bom lembrar, leva tempo para ser produzido; entre a concepção e a impressão, eram dois anos, no mínimo. Hoje, é tudo diferente por causa do computador: entre a concepção e a execução do livro, pode-se levar apenas poucos meses. Naquela época, a melhor biblioteca de economia do Brasil era a da FGV que, ainda assim, era muito limitada, muito abaixo das bibliotecas de universidades norte-americanas como Harvard, Chicago ou Stanford. Mas, principalmente, não tínhamos acesso aos *journals como o Journal of Political Economy*, o *Journal of Economic Literature,* entre outros. A Faculdade Nacional de Economia não tinha recursos, por incrível que pareça, para assinar esses *journals*, e isso nos colocava em enorme desvantagem. Os próprios professores não tinham nem como indicar essa bibliografia em seus cursos porque, ou não estavam disponíveis na biblioteca, ou os alunos não podiam comprar.

Uma vez terminada a graduação, o senhor começou a trabalhar imediatamente?

Quando ainda estava no último ano da faculdade, soube da criação de um curso de planejamento econômico no Centro de Treinamento para o Desenvolvimento Econômico e Social (Cendec), com nove meses de duração. O que era isso? O ministro do Planejamento, [João Paulo] Reis Velloso, decidiu montar o Centro de Desenvolvimento Econômico dentro do Ministério. Já havia criado o Escritório de Pesquisa Econômica Aplicada (Epea) – origem do Ipea [Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada] – e, agora, criava um curso que, de certa forma, foi o primeiro concorrente ao curso da FGV. O Velloso chamou o Og Leme para dirigir o Cendec, pessoa muito influente que tinha feito mestrado em Chicago, economista brilhante, representante do pensamento liberal e que tornou-se, além de mentor de minha carreira acadêmica, um grande amigo, quando voltei de Chicago.

O curso organizado pelo Og me atraiu desde o início, porque era mais voltado para o planejamento econômico, para políticas públicas; e, além do mais, oferecia uma bolsa de estudos. Então, aconteceu um fato muito curioso: como eu era um dos melhores alunos da turma, e esse curso oferecia poucas vagas, ninguém comentou nada comigo,

e eu só descobri um mês antes que teria que prestar provas para o ingresso. O jogo era competitivo, e a verdade é que eu era muito ingênuo. Quando descobri que havia um curso e que eu poderia ter uma bolsa de estudos – naquela época era uma fortuna, três ou quatro salários mínimos – pensei: "Puxa, que maravilha! Posso abrir mão das aulas particulares e fazer o curso junto com o último ano da faculdade". Aí, fiquei desesperado, porque todo mundo já estava se preparando há três, quatro meses. Decidi me inscrever assim mesmo, estudei um mês, passei e fui classificado. Adorei o curso e fui o primeiro aluno.

O curso foi muito importante para mim, porque já era de alto nível, e o Og trouxe vários professores de grande gabarito para dar aulas. Inclusive, quem foi meu professor nesse curso foi o Affonso Celso Pastore. Imagine, o Pastore! Veio de São Paulo só para dar aulas nesse curso. O Og montou um curso alternativo ao da FGV, modernizando um pouco, e aplicando uma linha bem próxima à da Universidade de Chicago. Também fez um acordo com a Fundação Ford para mandar alguns alunos para completar os estudos naquela universidade. Aí começou a influência de Chicago no Brasil.

Quando terminei o curso, enfrentei o primeiro dilema sério de minha vida. O Jessé Montello, que havia sido meu professor de estatística na faculdade e também nesse curso do Cendec, foi contratado pelo governo federal para elaborar um estudo da matriz energética brasileira e tentar descobrir qual era a demanda de energia no país, dados certos padrões de desenvolvimento – era o estudo mais importante do Brasil, naquele momento. Pois o Jessé me convidou para trabalhar com ele, oferecendo um salário milionário, uns vinte salários-mínimos, era espetacular.

O senhor teria que parar de estudar para se dedicar integralmente ao trabalho?

Pois é, por isso eu não estava muito empolgado. No fundo, no fundo, eu gostava era de estudar. Mas fui salvo pelo Og Leme, que um dia me perguntou: "Langoni, você quer fazer o doutorado em Chicago?". Aquilo caiu como uma bomba! Eu nem conhecia

Chicago, nunca tinha saído do Brasil. Corri para me aconselhar com o Isaac Kerstenetzky: "Recebi essa proposta para fazer o doutorado em Chicago, com bolsa da Fundação Ford. O que você acha da Universidade de Chicago?". O Isaac foi muito honesto, coisa que sempre admirei nele. Apesar de ter feito pós-graduação em uma universidade europeia, muito diferente de Chicago, ele me disse: "É uma escola completamente diferente da minha, mas tenho grande respeito por ela. Você vai estudar em uma das melhores universidades de Economia do mundo. Tem uma componente ideológica forte, devido à influência do Milton Friedman, mas sabendo separar isso, você vai ter uma formação excepcional".

O Og, é claro, achava Chicago o máximo, por isso esse depoimento do Isaac, mais isento, pesou na minha decisão. Aceitei a bolsa, e minha vida mudou em 30 dias. O Jessé não se conformava: "Mas você vai ganhar muito bem, esse trabalho vai lhe dar uma projeção enorme, você vai sair daqui com emprego garantido, vai poder estudar mais dois anos". Eu respondi: "Não, quero continuar estudando".

Antecipei meu casamento com Vera Serfaty [Langoni] e embarcamos para os Estados Unidos. Passamos a lua de mel estudando inglês em Kansas. Depois, já em Chicago, a Vera trabalhou como *baby sitter* para complementar a modesta bolsa da Fundação Ford. Tínhamos uma vida simples: o foco era estudar e conquistar o PhD.

A Universidade de Chicago já era considerada, naquela época, a melhor universidade de Economia dos Estados Unidos e, certamente, uma das primeiras do mundo, com um nível extremamente seleto de professores, a maioria deles já de grande renome como Milton Friedman, Harry [Gordon] Johnson, T.W. Schultz, George [Joseph] Stigler, Arnold Harberger. É possível imaginar a diferença de nível que eu senti, principalmente na parte quantitativa, de estatística. Era uma diferença brutal, tanto que o único C que eu tirei em todo o doutorado foi no primeiro curso de estatística, logo no primeiro trimestre. Eu, aluno de média 9 ou 10, senti como se tivesse tirado um 5. Foi um tremendo golpe na autoestima! Mas já no primeiro trimestre tirei A e B+ em economia e macro, e aí, no segundo trimestre, deslanchei completamente.

O senhor chegou a ter aulas com Milton Friedman?

Não fiz nenhum curso regular, porque queria terminar o programa o mais rápido possível, e o curso do Friedman foi ministrado em uma época em que eu já estava voltando para o Brasil para escrever a tese. Fiz apenas algumas cadeiras optativas com ele, mas não tivemos contato pessoal naquela época.

Friedman escreveu, junto com sua mulher, *Uma história de sucesso*.[9] Fiz para a *Revista Exame* um *book review*, e fiquei muito feliz em saber que eu sou, talvez, o único estudante latino-americano ou brasileiro que ele cita no livro. Estivemos juntos no Chile, em um seminário para discutir a estratégia do desenvolvimento da América Latina. Era a época do "milagre" brasileiro, e foi sobre isso que falei. Mas, na Universidade de Chicago, não tivemos relacionamento mais próximo; eu o via apenas nos seminários e cursos, como professor.

Que impacto ele lhe causou como professor?

Era um professor excepcional. Baixinho, agitado. Dando aula, era um verdadeiro espetáculo! Eram aulas com muita clareza, precisão e profundidade e eu não perdia nenhum debate do qual ele participasse. Era muito interessante quando vinha alguém de Harvard, alguém de uma linha de pensamento diferente, fazer uma palestra em Chicago. Aí, todos os professores "cobras", como o Friedman, o Johnson, o Larry Sjaastad e o Harberger iam assistir à palestra para debater; e a turma vibrava. Para se ter uma ideia, os seminários do Friedman eram tão procurados que ele dava aulas no auditório, para mais de 200 pessoas. Vinham estudantes de outros departamentos, da área de *business*, da área de sociologia, de todos os cantos. Milton Friedman era uma figura exponencial na Universidade de Chicago.

Como evoluiu seu programa de doutorado em Chicago?

Lá já existia algo muito importante: o *core examination*. Tratava-se do seguinte: ao final do primeiro ano de curso, eles aplicavam provas

9 FRIEDMAN, Rose D. e FRIEDMAN, Milton. *Two lucky people*: Milton and Rose D. Friedman, memoirs. University of Chicago Press, 1998.

de macro e de microeconomia para selecionar os alunos que iam realmente cursar o doutorado. Aqueles que não passavam ficavam com o título de mestre; os aprovados seguiam adiante. Geralmente, de uma turma inicial de 30 alunos, apenas 10 ou 12 prosseguiam no programa de doutorado – é assim até hoje. É o exame do *core*, do núcleo. Chicago sempre deu ênfase ao instrumental macroeconômico, microeconômico, dentro do conceito de que esse instrumental sólido pode ser aplicado tanto na empresa como em problemas de desenvolvimento econômico. Passei direto nesse exame e, já em 1969, fui titulado mestre em Ciências Econômicas.

No segundo ano, cursei apenas cadeiras eletivas, porque já havia completado o *core*, o núcleo. Cursei análise e projetos com o Harberger, que tinha uma teoria muito interessante sobre economia latino-americana. Ele e o Larry Sjaastad eram professores visitantes na Argentina, no Chile e, principalmente, no Brasil. O Chile, naquela época, estava em uma fase muito interessante porque, embora fosse o berço da Cepal, na Universidade Católica, por exemplo, havia uma linha de pesquisa completamente diferente; os professores de Chicago davam aulas na Católica. O Harberger era, inclusive, casado com uma chilena, e o casal sempre foi uma espécie de protetor dos estudantes latino-americanos. Nos finais de semana, todos iam para a casa deles, que ofereciam jantares e coquetéis.

Em Chicago, havia muitos alunos latino-americanos: mexicanos, argentinos, chilenos; brasileiros éramos dois, eu e o Guilherme Dias, da Universidade de São Paulo (USP). A Universidade de Chicago se interessava muito por desenvolvimento econômico, mas com um ângulo completamente diferente do da Cepal. A escola de Economia que mais influenciou a retomada do desenvolvimento nos países emergentes foi a Escola de Chicago. Estava tão à frente do seu tempo que, quando voltei, havia até uma denominação pejorativa: o "Chicago *boy*", o monetarista. Lembro bem que eu próprio enfrentei essa guerra ideológica aqui. Mas hoje, quando observamos o mundo, de 1970 para cá, vê-se perfeitamente que a influência da Escola de Chicago foi determinante nessa nova forma de analisar o desenvolvimento econômico, com destaque para o capital humano, a inovação e as privatizações.

Durante o curso, o senhor passava o dia na universidade?

Praticamente o dia todo. Eu estudava das 7h às 23h, de segunda a domingo. Às 23h, eu fechava o livro. Por isso o pessoal brincava comigo, dizendo que eu era muito sistemático: se estivesse lendo uma frase, eu parava no meio da frase para dormir. Mas eu sentia que aquilo ali era uma espécie de corrida, uma maratona. Era preciso manter o ritmo do estudo permanentemente. Eu almoçava um sanduíche com um copo de leite, descansava quinze minutos e estudava sem parar. Quando terminava a aula, corria para a biblioteca. Acho que essa foi a razão do meu sucesso em Chicago, de ter conseguido fazer o curso em apenas dois anos e meio, aí incluída a preparação da tese.

O senhor esteve nos Estados Unidos durante um período tumultuado da vida daquele país: perda do valor do dólar frente a outras moedas, Guerra do Vietnã, a política externa norte-americana sendo contestada em todo o mundo ocidental. Apesar do trabalho duro na universidade, o senhor pôde acompanhar o dia a dia americano?

Minha rotina era muito dura, como mencionei. Mas, no domingo à tarde, descansava. Parava com tudo para ir à missa às 18h e acompanhava os noticiários pela televisão. Vivi uma época muito interessante, porque, no ano em que estive em Chicago, houve a famosa convenção democrata na cidade, que era dominada pelo notório prefeito, Richard [Joseph] Daley – aliás, seu filho também foi prefeito de Chicago recentemente.[10] Descobri ali que, nos Estados Unidos, também havia coronelismo, porque Chicago era uma máquina inteiramente controlada pelo Daley.

Nessa época, ocorreu também o assassinato de Bob [Robert Francis] Kennedy,[11] que me traumatizou muito, porque eu era um entusiasta dos Kennedy. Talvez pela imagem de poderosos que eles tinham fora dos Estados Unidos e por eu associar os Kennedy um pouco ao Juscelino Kubitschek, pela visão desenvolvimentista e liberal.

10 Richard Daley foi prefeito de Chicago por 21 anos, de 1955 a 1976. Seu filho, Richard Michael Daley também foi prefeito de Chicago, de 1989 a 2011.

11 O senador Robert Kennedy foi assassinado na Califórnia, em 6 de junho de 1968, durante as eleições primárias que antecederam a eleição presidencial de 1968, em que seria candidato pelo Partido Democrata.

O que me chocou muito foi o contato com a violência na política norte-americana, o que era uma dimensão nova para mim, apesar de ter saído do Brasil em um momento de golpe militar. Acho que fiquei muito chocado quando percebi que a sociedade norte-americana era cheia de paradoxos, em que convivem, lado a lado, uma democracia sólida e institucionalizada e sérias lutas internas.

Quanto à Guerra do Vietnã, acompanhei ao vivo e em cores pela televisão. Lembro-me muito bem do discurso do presidente Lyndon Baines Johnson afirmando que os americanos deixariam o Vietnã.[12]

Entretanto, para dizer a verdade, eu não tinha muito tempo para aprofundar essas discussões com meus colegas. Conversávamos muito, principalmente entre os estudantes não americanos, cujo número já era significativo naquela época – argentinos, chilenos, indianos, coreanos e, como eu disse, dois brasileiros, Guilherme Dias e eu. Formávamos uma comunidade de pessoas de países em desenvolvimento e tínhamos um convívio mais próximo, até por uma questão de sobrevivência. Como tínhamos mais dificuldades desde o início do curso, a tendência era os grupos de trabalhos se realizarem entre nós, enquanto os americanos conviviam mais entre eles.

Na Universidade de Chicago, havia outros brasileiros, mas na área de matemática. Isto é muito interessante: Chicago era uma universidade famosa na área de matemática, e o Brasil enviava para lá, em média, seis estudantes por ano. Eram alunos brilhantes que vinham do Instituto de Matemática Pura e Aplicada (Impa). O Brasil já era famoso pelo desempenho excepcional na área de matemática na Universidade de Chicago.

Do ponto de vista intelectual, que resultados o senhor destaca de sua estada na Universidade de Chicago?

Foi como descobrir outro universo. Primeiro, pelo contato com os melhores professores de Economia do mundo na época. Já havia escolas

12 Discurso realizado em rede nacional no dia 31 de março de 1968. Lyndon Johnson concluiu o mandato presidencial de John Kennedy e elegeu-se em 1964. Não concorreu à reeleição. Richard Nixon se elegeu com uma campanha que prometia acabar com a guerra. Cumpriu sua promessa e assinou o acordo de paz em 1973.

de tradição, como Harvard, Stanford, Ucla, mas, em Economia, Chicago era o *top*. Segundo, era um ambiente de dedicação, de imersão total, então eu vivia a Economia. Quando não estava assistindo a uma aula, estava na fantástica biblioteca da universidade, pedia os artigos, tirava xerox. A carga de leitura era brutal. Na primeira aula de teoria de preços, por exemplo, o professor deu uma lista de leituras com umas dez folhas, e entre as leituras estavam uns 30 artigos de *journals*. Era necessário localizar os periódicos na biblioteca, tirar xerox – isso tudo sem internet nem computador.

A grande diferença entre o ensino brasileiro e o ensino americano é que aqui você aprendia 90% em sala de aula com o professor e 10% fora da sala de aula. Em Chicago, eram 30% do professor e 70% fora de sala de aula. Essa é a grande diferença na metodologia de ensino nas universidades americanas: a grande ênfase reside na pesquisa individual e, evidentemente, nos trabalhos em grupo. O estudo é muito calcado na pesquisa e na leitura e, por isso, tínhamos que ler todos os artigos sobre aquele tema, inclusive artigos com visões distintas. E normalmente os exames, que eram muito pesados, nem sempre tratavam de assuntos que os professores discutiam em sala. Às vezes, a questão principal era um assunto que estava sendo discutido em um artigo, na bibliografia, para criar um incentivo para o estudante partir para a pesquisa. O desenvolvimento que isso provoca do ponto de vista intelectual é incalculável.

Há uma coisa muito bonita na vida acadêmica dos Estados Unidos, sobretudo a valorização da bibliografia. É impossível um *scholar* americano deixar de fazer referência a alguma ideia que não seja própria; há um zelo, às vezes excessivo, em citar. Mas eu fui formado nesse tipo de mentalidade, de ambiente. De fato, a grande formação que Chicago oferece a um estudante é a capacidade de pesquisar, de identificar, de selecionar o que é relevante e o que não é. O economista formado em Chicago se destaca por saber identificar, dentro de um problema aparentemente complexo, aquilo que é essencial e merece ser tratado de forma sistemática.

Isso também vale para a bibliografia, não? Aprende-se lá a identificar rapidamente o que é relevante.

Sem dúvida. Com aquela carga brutal de leitura, é impossível ler tudo. Era preciso saber selecionar. Eu tinha o hábito de ler o *paper*, pelo menos rapidamente, e aprendi a pular o que não era relevante. Ou então, separava um parágrafo ou comentário, às vezes, uma fórmula, uma dedução de uma fórmula; às vezes, o que era relevante estava nas notas de rodapé. Valoriza-se muito a objetividade na produção de um *paper*. Assim, você pode ler a primeira página e saber imediatamente se aquilo lhe interessa.

Outra coisa que para mim foi fundamental foi desenvolver a capacidade de criar e de intuir. Acho que, além de ser um bom mecânico, ou seja, de saber como resolver um problema convencional, o grande desafio que distingue o economista em termos de competência e capacidade é exatamente sua capacidade de antecipar eventos, desenvolver uma visão intuitiva, a partir do instrumental de que dispõe, para saber para onde as coisas caminham, ou seja, quais são as grandes tendências. O economista não tem instrumental para fazer previsões numéricas corretas, mas tem um bom instrumental para acertar pelo menos as tendências, o que é um avanço. E Chicago tinha essa visão muito clara, procurava simplificar os problemas e, por isso, era criticada: "Como se pode tratar um problema de distribuição de renda com oferta e demanda? Há tantas forças sociais em jogo etc.". Mas aquilo era um artifício metodológico, que permitia eliminar da fotografia o que não era relevante. O que realmente interessa? Interessa, na verdade, é saber se, por exemplo, o salário relativo da mão de obra qualificada vai ou não aumentar com o processo de crescimento econômico, porque isso vai fornecer uma boa indicação do perfil futuro da distribuição de renda.

Nisso, Chicago era imbatível. Tive grandes professores, que tinham essa capacidade de intuir, de criar de forma excepcional: T.W. Schultz e Arnold Harberger, dois dos maiores economistas que conheci e que

tiveram uma influência marcante na minha formação. O Schultz, por exemplo, foi grande idealizador da teoria econômica da educação. Eu acompanhei a criação de teorias econômicas. Por exemplo, toda a visão moderna do desenvolvimento econômico, em que se colocava o capital físico lado a lado com o capital humano, surgiu em Chicago pelas mãos de T.W. Schultz, autor de livro sobre educação, que foi uma revolução.[13] Depois a Universidade trouxe o Gary Becker, outro inovador que ampliou as ideias de Schultz, introduzindo migração e saúde. Até aquela época, a educação era tratada como campo distinto, pertencia à área social, pedagógica, mas tratar educação como fator de produção?! Isso irritou profundamente os sociólogos, que consideraram que estávamos invadindo sua seara. De outro lado, acharam que estávamos, novamente, fazendo reducionismo, tratando a educação como meta. Mas era apenas outra dimensão, uma forma essencial de compreender o processo de desenvolvimento econômico, e foi o Schultz quem trouxe essa visão.

Eu ficava encantado com as aulas dele, e minha tese de doutorado é uma simples aplicação de um dos ângulos de sua análise. Os conceitos de economia tradicional, de economia moderna, de transformação econômica, da dimensão qualitativa do processo de desenvolvimento, do elo entre crescimento e desenvolvimento via educação, enfim, estavam todos lá. Depois, houve a extensão para o progresso tecnológico, que deixou de ser uma componente autônoma, o famoso resíduo, e passou a ser também o resultado de investimento. Ou seja, educação e tecnologia são, nada mais, nada menos, do que outras formas de investimento, além de máquinas, equipamentos, matéria-prima e terra, que eram considerados as únicas formas de capital pela visão tradicional.

Assim, tive o privilégio de viver essa revolução intelectual na Universidade de Chicago, e isso me marcou profundamente. Sendo brasileiro e vendo os grandes problemas nacionais na área de educação e de desenvolvimento, não poderia deixar de fazer uma tese sobre esse assunto. Curiosamente, quando voltei ao Brasil e comecei a falar sobre capital humano na educação, o pessoal de esquerda

13 SCHULTZ, Theodore W. *The economic value of education*. Columbia University Press, 1963.

tinha crises histéricas porque, pela primeira vez, estávamos tratando objetivamente de um problema com mais razão e menos emoção.

Podemos falar um pouco sobre sua tese?

A tese recebeu forte influência do T.W. Schultz, como já mencionei. Seus dois livros clássicos já estavam traduzidos para o português naquela época: *A transformação da agricultura tradicional*[14] e *Valor econômico da educação.*[15] O Schultz era um grande pensador econômico e recebeu o Prêmio Nobel de Economia.[16] Não tinha uma formação matemática rígida – eu até diria que ele era meio simplório em matéria de instrumental matemático, estatístico –, mas tinha uma excepcional leitura intuitiva da Economia. Sua parte conceitual era, talvez, umas das melhores que já conheci. Seu curso de agricultura – na verdade, era um curso de desenvolvimento econômico – e o de *development*, que fiz com o Harold Harberger, meu orientador oficial, marcaram minha formação.

Essas abordagens contrariavam um pouco a classificação de Chicago como uma escola predominantemente monetarista?

Havia uma visão externa, um pouco equivocada, de que Chicago era só Friedman, era só a parte monetária. Na verdade, o departamento de Economia de Chicago era, naquela época, extremamente diversificado. Havia uma área de *development* extremamente forte. Inclusive, Chicago foi uma das primeiras universidades norte-americanas a estudar a América Latina. Dentro do campo do Harberger, havia um curso de análises e projetos, que era, aparentemente, de uma escola europeia. Havia uma área de agricultura, com o Schultz, e uma área de desenvolvimento econômico, que também era pouco comum nas escolas norte-americanas que, nessa época, estudavam muito análises de curto prazo. Além disso, havia ainda um campo fantástico na área de comércio internacional, em que eu tive os dois maiores professores

14 SCHULTZ, Theodore W. *A transformação da agricultura tradicional*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1965.

15 Idem. *O valor econômico da educação*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1973.

16 Theodore William Schultz (1902-1998) recebeu o prêmio Nobel em 1979 por sua análise de processos econômicos em economias em desenvolvimento.

que já existiram na história: Robert Mundell,[17] que foi consultor do Fundo Monetário Internacional (FMI) durante muitos anos e tem obras clássicas sobre comércio internacional, tendo sido o criador do euro; e Harry Johnson, que eu trouxe à FGV logo depois da crise do petróleo. Foi o primeiro economista moderno que fez uma ligação clara entre comércio e desenvolvimento econômico.

Na minha tese, aproveitei esse excepcional ambiente intelectual e logo percebi que havia possibilidade de estudar o desenvolvimento econômico no Brasil sob outro ângulo, que não fosse o das escolas cepalinas, isto é, que não fosse uma análise estrutural de esquerda, muito mais histórica, ideológica e, sob certo aspecto, dogmática.

Comecei, então, a abordar o desenvolvimento econômico sob o ângulo da ideia de acumulação de capital em sentido amplo – capital, aí, entendido não só como máquinas, equipamentos e construções, mas também capital humano e conhecimento (pesquisa básica e aplicada). Utilizei, na tese, um modelo econométrico mais sofisticado em que, pela primeira vez, consegui medir a contribuição da educação para o processo de desenvolvimento econômico. Introduzi uma variável completamente nova na análise tradicional de desenvolvimento econômico aqui no Brasil, pois falava em educação como fator econômico. Naquela época, aqui só se falava em educação como aspecto cultural, a importância política de acabar com o analfabetismo, mas nunca havia sido colocado de forma clara o papel econômico da educação.

Do ponto de vista empírico, a que resultados o senhor esperava chegar?

Inicialmente, para quantificar a contribuição da educação, eu tinha que calcular o retorno do investimento em educação e capital humano. Assim, elaborei primeiro uma medida da taxa de retorno, que foi um subproduto do meu trabalho. Coletei dados sobre custos de educação, nos níveis primário [fundamental], secundário [médio] e universitário. No caso do Brasil, país que tinha uma história de crescimento, saindo da recessão, esperava encontrar uma demanda

17 Robert Mundell recebeu o Prêmio Nobel em 1999 por sua análise das políticas monetária e fiscal sob diferentes regimes cambiais e por sua análise de áreas monetárias ótimas.

muito expressiva por mão de obra qualificada em virtude do processo de crescimento da indústria brasileira. E também havia indicadores de que a oferta de educação no Brasil era muito rígida, de crescimento muito lento. Na verdade, uma das coisas que o regime militar fez foi expandir de forma muito rápida a oferta educacional, embora com crescimento desproporcional no nível universitário, apesar de a demanda reprimida ser brutal. Em suma, eu esperava encontrar um papel muito significativo da educação, mas os resultados foram até melhores: a rentabilidade social da educação no Brasil acabou sendo mais ou menos de 24% a 25% em média – uma média ponderada pelos diversos níveis educacionais, enquanto em respeito ao capital físico era só de 12%. Aliás, é interessante que, desde a situação que encontrei em 1970 até hoje, todos os estudos realizados posteriormente mantêm a mesma posição da rentabilidade do investimento em educação no Brasil, isto é, em média o dobro dos investimentos convencionais em capital físico.

Curiosamente, na mesma época, outro brasileiro apresentou um cálculo semelhante sobre o problema da educação, o Cláudio de Moura Castro. Em pesquisa acadêmica, existe sempre alguém fazendo algo parecido; assim, eu não fui exatamente o único a trabalhar nessa direção. Surgiu até uma grande polêmica, nós dois debatemos bastante quando cheguei. Ambos tínhamos produzido praticamente os mesmos trabalhos e, a partir daí, houve uma rivalidade, até natural, entre nós. O resultado é praticamente o mesmo, e foi muito bom, porque tudo isso gerou muita polêmica.

Como foi recebida a tese na Universidade de Chicago?

Com muito entusiasmo. A Universidade tinha investido muito nessa linha teórica do valor econômico da educação; por isso, todas as pesquisas que comprovassem a tese nos diversos países eram muito bem aceitas. O projeto foi muito bem-vindo. Eu vim ao Brasil e fiquei quatro meses aqui levantando os dados empíricos. Em seguida, voltei para Chicago e escrevi a tese em um mês. Em agosto de 1970, estava aprovado como doutor.

Naquela época, escrever uma tese em um mês era um trabalho intenso, não?

Foi um enorme desafio, até porque ia enfrentar uma banca altamente qualificada composta por Arnold Harberger (presidente), Henry Johnson, Larry Sjaastad e o grande mentor intelectual do meu trabalho T. W. Schultz, mais tarde Prêmio Nobel.

Harberger era o *advisor* da tese, e seu apoio foi sensacional: ele estava sempre disponível para rever os textos e teve grande peso na minha formação acadêmica. Tornou-se um grande amigo e foi várias vezes professor visitante da Escola Brasileira de Economia e Finanças (EPGE) da FGV.

Outro dia eu estava pensando em como as coisas mudaram. Imagine que eu perfurava cartão! Escrevia o dia inteiro, dormia um pouco entre dez da noite e meia-noite, acordava e ia levar minha pilha de cartões para o Centro de Processamento de Dados da Universidade. Não havia computador pessoal, o micro simplesmente não existia. Havia o computador central, o *mainframe*, e alguns poucos privilegiados tinham um terminal. No geral, o terminal era burro: só podíamos entrar com os dados. Para ter o resultado, era necessário ir buscar no *mainframe*. Então, acordava à meia-noite e ficava até cinco da manhã rodando o programa, que era muito complexo, muito sofisticado. Para dar uma ideia, não havia o *software* para a equação múltipla que eu desenvolvi. Quem desenvolveu o programa para mim foi um estudante argentino, muito bom em programação, que ficou muito meu amigo. Eu tinha uma formação excepcional em econometria, fiz o modelo matemático, e ele transformou em programa, porque não havia programa de regressão múltipla.

Mas todo esse esforço valeu a pena quando os resultados foram surgindo e consegui estimar a taxa de retorno da educação no Brasil pela primeira vez. Era uma taxa muito alta, bem maior do que a do capital físico, sugerindo que havia subinvestimento em capital humano. Era preciso ampliar as oportunidades na educação.

Capítulo 3

O Debate Econômico da Década de 1970: distribuição de renda

No final de 1970, o senhor retornou ao Brasil com um título de doutor em Economia pela Universidade de Chicago. Isso lhe valeu um bom emprego?

Eu deveria voltar a trabalhar no Cendec, mas o Og Leme se desentendeu com o ministro Reis Velloso e não pôde me oferecer uma boa posição. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) me ofereceu uma vaga para trabalhar com pesquisa, mas não era coisa que me entusiasmasse muito. Finalmente, fui convidado pelo Affonso Celso Pastore e pelo Antônio Carlos Rocca para trabalhar no Instituto de Pesquisas Econômicas (IPE), da Universidade de São Paulo, que estava iniciando um programa de pós-graduação, o único que competia com o da FGV. O Pastore, que tinha sido meu professor no curso do Cendec e sempre foi um entusiasta de Chicago, mesmo sem ter estudado no exterior, pensou que era uma boa oportunidade de contratar um PhD para São Paulo. Ofereceu-me um salário excepcional na época. Equivaleria hoje a uns seis mil dólares por mês, para dar aulas e fazer pesquisas.

Naquele momento, o Brasil estava investindo muito na pós-graduação, e o salário dos professores era muito bom. Eu podia viver relativamente bem só me dedicando a ensino e pesquisa. Então, do final de 1970 ao início de 1973, vivi na ponte aérea: ia para São Paulo segunda-feira de manhã e voltava quinta-feira à noite. Morava sozinho em São Paulo, pois minha família ficou no Rio. Nessa época, eu já tinha uma filha, Patrícia, nascida nos Estados Unidos. Veio para o Brasil com dois meses e até hoje tem dupla nacionalidade, brasileira e americana. Hoje é tudo muito mais natural: Patrícia seguiu Economia, sempre foi excelente aluna. Fez a graduação na PUC-Rio e o mestrado em Duke, com bolsa da Organização dos Estados Americanos (OEA). O Eduardo, meu segundo filho, fez Engenharia, também na PUC, e depois o MBA com honra na Universidade de Chicago, o que me enche de orgulho. E o caçula, Bernardo, fez Comunicação, também

na PUC. Todos ótimos filhos e excelentes profissionais. Tenho quatro netos e o mais velho, Romulo Henrique, também escolheu Economia: estuda na PUC-Rio e, mantendo a tradição familiar, acaba de ser aceito na Universidade de Chicago com bolsa de estudo: vem aí outro "Chicago *boy*".

Por que o senhor não se instalou de vez em São Paulo?

Engraçado, sempre fui fiel ao Rio de Janeiro, ainda mais porque sonhava em trabalhar na FGV. Não conhecia bem o Simonsen, embora o tivesse convidado para dar uma palestra na faculdade de Economia, mas ele era uma figura um pouco distante.

Naquela época, existia uma instituição muito influente, da qual o Simonsen fazia parte, chamada Associação Promotora de Estudos de Economia (Apec), dirigida pelo Vítor da Silva, que tinha uma publicação, os *Cadernos da Apec*. Bom, o fato é que o Vítor me convidou para fazer uma palestra sobre economia brasileira. Falei muito sobre minha tese, sobre educação, e o Vítor, que tinha uma boa visão de *marketing*, disse que minha tese "daria Ibope" [tinha potencial para ter repercussão]. E foi ele, na verdade, que me colocou junto ao público, porque eu era um sujeito absolutamente acadêmico, puro, não sabia nem da importância de falar para a imprensa. Para piorar, falava um economês mais sofisticado, rebuscado, com fórmulas econométricas, e ninguém entendia nada.

Vítor gostou da tese e quis publicar, apesar de ser um trabalho acadêmico, cheio de equações.[18] Arranjou-me uma entrevista no jornal *O Globo*; falei com o repórter e, dois dias depois, lá estou eu, na primeira página. Foi a primeira vez que apareci em um jornal, e lembro que na época eu usava um bigode e fiquei horrível na fotografia, cabeludo, o típico jovem professor universitário.

E qual foi a repercussão?

Muito boa. O repórter foi muito inteligente, porque destacou os trechos em que eu afirmava que a educação era muito mais importante

18 A tese foi publicada no Brasil com o título *As causas do crescimento econômico do Brasil*. Rio de Janeiro, Apec, 1974.

que a máquina para o desenvolvimento econômico. Aí comecei a receber convites para palestras. Primeiro, houve certa desconfiança entre os professores, com um economista falando em educação, mas rapidamente muitos perceberam que era uma maneira de valorizar a profissão toda. Então, passei a ser chamado em todas as conferências sobre educação para fazer uma palestra sobre a rentabilidade, o investimento no setor.

Aí teve início a polêmica sobre o tema. O pessoal de esquerda começou a dizer que eu estava tratando a educação como capital, reduzindo-a a algo mecânico e econômico, retirando a dimensão social. Não era nada disso, apenas analisava a questão por um ângulo diferente, que só poderia trazer benefícios, inclusive justificar mais gastos com educação. Como havia um preconceito muito grande contra a Universidade de Chicago, que era acusada de ortodoxia monetarista, fui logo rotulado de "Chicago *boy*".

O ambiente acadêmico da época estava muito politizado, tendo em vista a oposição ao regime militar.

Muito, muito. Além disso, era enorme a pobreza intelectual em Economia. O ambiente acadêmico brasileiro era muito limitado e eu, de certa forma, arquei com o ônus – acho mesmo que foi um privilégio – de participar de um grande debate, primeiro em torno da questão da educação, e depois estendi essa análise para a distribuição de renda. Aí a polêmica pegou fogo, porque me vi no centro de outro furacão.

Como a discussão política era muito censurada durante o regime militar, o debate econômico funcionou como uma espécie de substituto desses debates, e a distribuição de renda foi o primeiro grande tema a colocar em xeque o modelo econômico. O desempenho econômico do Brasil era muito bom, o país crescia em torno de 9%, 10% ao ano, e a inflação estava em queda, mas começaram a surgir as primeiras análises afirmando que a desigualdade de renda tinha aumentado. Pela primeira vez, aparecia um argumento objetivo, técnico, para contestar o modelo econômico adotado pelo governo federal.

Nessa época, eu estava em São Paulo, trabalhando lado a lado com o Pastore e o Rocca, ou seja, os chamados "Delfim *boys*". Comecei a

publicar alguns artigos sobre distribuição de renda,[19] e o Pastore me levou para conhecer o Delfim Netto, que era ministro da Fazenda. Fui ao gabinete dele, em São Paulo: uma mesa enorme, uma porção de gente, e o Delfim na cabeceira. Ele próprio abriu a discussão, e acho que a única pessoa que falou alguma coisa sensata e apresentou um ângulo novo fui eu.

Eram rotineiras essas reuniões do ministro com seu grupo da USP?

Sim, ele fazia reuniões semanais com o Pastore, com o Rocca e com o Miguel Colassuonno. O Delfim gostava muito de ouvir o pessoal da área acadêmica a respeito da evolução da economia brasileira. Quando começaram a discutir a distribuição de renda, o pessoal me chamou: "Langoni, você quer estudar o assunto?". Só que eu era superquadrado e passei uma semana lendo tudo sobre distribuição de renda, desde os artigos clássicos até os mais recentes, como o trabalho do Albert Fishlow, que contestava os rumos dados pelo Delfim à economia brasileira.[20]

Como o ministro reagiu ao trabalho de Fishlow?

Muito bem. Naquela época, o Delfim ainda era mais acadêmico do que político. Com o tempo, ele se tornou mais político e menos acadêmico, mas ainda gostava de ler artigos acadêmicos sobre economia. Quando o trabalho de Fishlow foi divulgado, ele percebeu que era sério e que merecia uma discussão à altura. Não se tratava apenas de defender a política do governo, era preciso aprofundar o debate. Assim, o pessoal da USP me pediu para preparar um comentário sobre o estudo de Fishlow, e eu, que estava superempolgado, dedicado integralmente ao ensino e à pesquisa, li tudo e percebi que havia um vínculo entre educação e distribuição de renda.

Na reunião, fiz essa ponte entre os dois temas. O Delfim gostou muito e propôs: "Vamos fazer uma coisa séria. Langoni, você poderia

19 Dentre outras publicações do período, destaque-se o livro *Distribuição de renda e desenvolvimento econômico do Brasil*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1973.

20 FISHLOW, Albert. Brazilian size distribution of income. The American Economic Review, v. 62, n. 12, mar. 1972, pp 391-402

fazer uma pesquisa sobre distribuição de renda? Nós apoiaremos você, que poderá fazer isso pela USP". Então, o Ministério da Fazenda solicitou formalmente um estudo à Fipe, e eu fui encarregado de fazer o trabalho.

Embora eu tivesse tido total liberdade, o estudo já nasceu sob suspeita: era uma pesquisa encomendada pelo governo. Ninguém jamais me pediu que alterasse coisa alguma, o que seria inaceitável. Ao contrário, tive todo o incentivo para fazer o melhor possível, de forma totalmente independente. Mas, como foi apoiado pelo Delfim e como era um trabalho que analisava a distribuição de renda de um ângulo completamente diferente daquilo que fizeram tanto o Fishlow quanto, mais tarde, todo o pessoal de esquerda que restava no governo, a pesquisa ficou com a chancela de trabalho encomendado, oficial.

Depois, quando a área acadêmica conheceu melhor o texto, perceberam que era um trabalho muito sério, fundamentado teórica e empiricamente, e que merecia um debate mais profundo. De fato, o debate se arrastou por anos. Tenho a impressão de que até o final dos anos setenta, participei de mais de 80 encontros em todos os cantos do país.

Como o senhor recebeu as primeiras reações da esquerda?

Como uma guerra. Eu tomava cada crítica como uma coisa pessoal e partia para aprofundar mais o trabalho. Mas tinha uma base acadêmica muito sólida e instrumentos teóricos novos: além de toda essa teoria de desenvolvimento do capital humano, tinha um domínio na parte econométrica. Toda a metodologia que usei era nova, e isso impediu que o pessoal derrubasse o trabalho, do ponto de vista acadêmico ou metodológico. Sendo assim, o debate evoluiu para aspectos políticos. Discuti muito com o José Serra e com o Pedro [Sampaio] Malan, estrelas da economia, críticos do regime militar. Por isso, o debate incorporou uma componente emocional que, para mim, hoje é mais fácil entender. Como eles não podiam criticar o Delfim ou o Simonsen, eu era um alvo mais fácil, um garoto sem raízes políticas, recém-chegado de Chicago, um reduto monetarista, e indiretamente defendendo o governo.

O debate ocupou páginas e páginas na imprensa, principalmente no *Jornal do Brasil*, que naquela época publicava muitas dessas discussões. Maria da Conceição, minha ex-professora, por quem sempre tive grande respeito – foi uma excelente professora –, espumava quando eu falava em capital humano: "Lá vem o Langoni, com esse negócio de capital humano". Assim, passei a ser uma referência natural. Orgulho-me muito de nunca ter me furtado ao debate.

Um desses confrontos, que ficou famoso, foi com o atual senador Eduardo [Matarazzo] Suplicy, em meados da década de 1970.

É verdade. O Suplicy era professor da Escola de Administração de Empresas da FGV em São Paulo, foi para os Estados Unidos e retornou com uma tese sobre minidesvalorizações cambiais, muito bem-feita.

Certa vez, ele me procurou, chamando-me para um debate em São Paulo, sobre distribuição de renda, em que estaria presente o sociólogo José Pastore que se tornou um grande companheiro, inclusive do ponto de vista intelectual. Eu já era figura importante na Fundação, vice-diretor de ensino da EPGE. Na véspera do debate, recebi um telefonema do diretor da escola de São Paulo, preocupado: "Langoni, quero avisá-lo de que vai encontrar um ambiente muito hostil". Eu fiquei muito surpreso e disse: "Não acredito, o Suplicy é meu amigo, ele não faria uma coisa dessa". O diretor insistiu: "Pois acredite, o ambiente está muito carregado". Decidi ir assim mesmo.

No dia seguinte, cheguei à escola em São Paulo, e o auditório estava lotado. Fiz minha exposição e, em seguida, falou o Suplicy. Ele fez uma palestra política, dizendo que eu defendia um aumento ridículo para o salário-mínimo em dez anos. Realmente, a distribuição de renda no Brasil era uma tragédia, como é até hoje, mas ele dramatizou tudo. O ambiente estava todo preparado para que eu fosse triturado, só que eu tinha tanta convicção do que falava, estava tão bem fundamentado que, como era uma tese nova e ao mesmo tempo atraente para o estudante, no final, fui aplaudido de pé pela maioria dos estudantes. A visão da esquerda era de que a péssima distribuição de renda era

consequência da política econômica, e eu estava mostrando que não, que a política econômica podia até ter muita responsabilidade, mas que a distribuição de renda no Brasil era desigual porque a estrutura da sociedade brasileira era desigual, porque a oferta de mão de obra era desigual, além de haver outros componentes.

Considero esses debates sobre distribuição de renda os mais importantes de todo o regime militar porque, até aquele momento, a economia brasileira tinha apresentado um desempenho excepcional, com inflação relativamente baixa para os padrões da época, caindo para perto de 20% ao ano. A economia crescia a um ritmo espetacular. O Produto Interno Bruto (PIB) avançava a taxas acima de 10%, e havia uma série de outros indicadores favoráveis, principalmente na área de infraestrutura. Mas, pela primeira vez, surgiu um aspecto no processo de crescimento econômico que não era favorável ao governo: a distribuição de renda.

Era um tema econômico, mas com fortíssimas conotações políticas. Por que o governo aceitou o debate?

Em primeiro lugar, porque era impossível fugir dele, pois inicialmente era um debate econômico. É interessante notar que o primeiro *paper* crítico da distribuição de renda era de autoria de um brasilianista, o Fishlow, ou seja, a crítica vinha de fora para dentro. A economia brasileira ainda era muito fechada do ponto de vista econômico, mas não do ponto de vista intelectual; não se podiam erguer barreiras ao debate acadêmico. O Fishlow estava em Berkeley, mas tinha muitas ligações com o Ipea, com o próprio ministro Velloso. Assim, seu *paper* não podia ser visto apenas como exercício acadêmico teórico, mas como algo que teria repercussões políticas. E aconteceu que todos os economistas que não tinham influência na política econômica da época encontraram um manancial muito fértil para canalizar as críticas ao governo.

Basicamente, tratava-se do seguinte: o governo teve sucesso, o crescimento era inegável, mas era um modelo concentrador. A análise do Fishlow colocava um peso muito grande nas políticas econômicas da época como sendo o grande fator que explicava o aumento na

desigualdade da renda. E mais: o modelo de crescimento levava à concentração, sobretudo devido à política salarial, que tinha uma indexação parcial, ou seja, baseada na expectativa da inflação futura e não na correção integral da inflação passada. Isso gerou um debate enorme e, de repente, o governo se viu acuado, porque era um tema novo, um tema que o governo não estava acostumado a discutir.

O governo ficava numa posição incômoda, porque grande parte da justificativa para sua sobrevivência era o bom desempenho econômico.

Sem dúvida. De certa forma, a legitimidade do regime, como ocorre com qualquer regime autoritário, dependia muito do desempenho econômico. Era uma situação muito desconfortável: o modelo econômico levava à acumulação de riqueza nas mãos de poucas pessoas. O governo percebeu que era necessário haver um contra-ataque acadêmico, pois não era possível sustentar o debate só entre o ministro e a área acadêmica; o Delfim entendeu tudo rapidamente.

Para mim, foi uma grande oportunidade de aprofundar meu estudo, utilizar dados recentes da economia brasileira, foi tudo muito estimulante. Durante três meses, trabalhei como louco para ter o texto pronto o mais depressa possível. Logo que foi publicado, o trabalho foi capa da revista *Veja* – foi minha primeira capa. O Paulo Henrique [dos Santos] Amorim era repórter da revista e tinha muitas ligações com o Delfim. Quando soube da pesquisa, ficou impressionadíssimo, e eu, com a minha preocupação acadêmica, não queria divulgar a não ser a versão definitiva. Mas o Paulo Henrique conseguiu convencer o pessoal da USP e publicou uma matéria – aliás, ele recebeu um prêmio de jornalismo econômico naquele ano devido a essa matéria. Depois, eu publiquei a versão acadêmica, completa, do trabalho, na revista da Faculdade de Economia e Administração da USP (FEA).[21]

Quando foi publicado, o texto gerou uma polêmica tremenda, primeiro no âmbito acadêmico: Fishlow ficou muito incomodado, evidentemente, porque fiz um trabalho caminhando em uma direção oposta à dele, que se baseava em política salarial e ocupação. Já eu

21 LANGONI, Carlos Geraldo. As fontes de crescimento econômico do Brasil. *Revista Estudos Econômicos*, v. 2, n. 4, 1972.

afirmava que não era ocupação, era muito mais educação. Além disso, fiz uma crítica à parte metodológica do trabalho dele. Já comentei que tive uma formação muito sofisticada na parte de econometria, por isso, dei um tratamento muito apurado do ponto de vista econométrico, trouxe novos índices. Realmente, eu me diverti muito fazendo aquela pesquisa porque, para mim, era um prato cheio, um banquete.

O ministro acompanhou de alguma forma a elaboração do trabalho?

Não. Ele tinha suas atribuições no ministério. Quando ficou pronto, fiz uma apresentação para ele, mostrando os resultados. O Delfim agiu como um professor: ouviu minha apresentação, fazia perguntas, debateu alguns pontos. Meus colegas da USP fizeram muitas sugestões – até agradeço a eles no texto final –, mas não houve qualquer interferência no sentido de alterar dados, suprimir trechos ou mascarar resultados.

Depois, esse trabalho virou um livro, e fiz questão de que o Delfim escrevesse o prefácio.[22] Acho que isso irritou ainda mais a oposição. Mas era uma questão de honestidade, porque mais que ministro da Fazenda, o Delfim era um professor que apoiou o projeto e me deu todas as condições para elaborá-lo. Por que eu haveria de esconder isso?

De que forma o senhor estabeleceu o vínculo entre distribuição de renda e educação?

Na verdade, o que acontecia na época é que a economia brasileira estava em processo de crescimento muito rápido, e havia até falta de mão de obra; os níveis salariais eram fixados pelo mercado em função de ganhos de produtividade. Ou seja, se o salário mínimo fosse fixado em níveis acima daquele que fosse compatível com a realidade do mercado em uma economia em expansão, haveria provavelmente um desemprego maior do pessoal não qualificado, e a distribuição de renda iria permanecer desigual, não por causa do salário, mas do desemprego. Lembro que fiz um gráfico mostrando que, em um país com grande oferta de mão de obra não qualificada, é difícil conseguir

22 Idem. *Distribuição de renda e desenvolvimento econômico no Brasil*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1973.

aumento real de salário para esse pessoal. A maneira de conseguir esse aumento é contribuindo para que as pessoas saiam dessa faixa de baixa qualificação.

E isso não precisa ser feito por meio da educação formal.

Exatamente. No trabalho, eu chamei a atenção para as formas de educação na empresa – *on job training* –, tão importantes, em alguns casos, quanto a educação formal. Isso é percebido até hoje no mercado de trabalho, principalmente na área de construção civil, onde muitas vezes a pessoa mais qualificada é um indivíduo semianalfabeto, mas com dez anos de experiência; nesse período, ele aprendeu determinadas técnicas e obteve um salto salarial. Agora, tentar impor uma melhoria de distribuição de renda por meio da legislação me parecia completamente inócuo, ineficiente, em um mercado de trabalho como era o brasileiro.

Em março de 1974, o general Ernesto [Beckmann] Geisel assume o governo. No Ministério da Fazenda, sai Delfim Netto e assume Mário Henrique Simonsen. Essa mudança afetou o debate sobre distribuição de renda?

Sim, porque o Simonsen tinha um peso acadêmico ainda maior que o do Delfim. A verdade é que o Simonsen escrevia sobre tudo, não era um especialista em distribuição de renda, mas, quando meu livro foi publicado, ele participou ativamente da discussão, mesmo como ministro. Ele também era um crítico mordaz e publicou vários artigos sobre a polêmica. Em suma, saiu o Delfim, mas entrou uma pessoa de estatura acadêmica igual ou maior, que possuía, portanto, condições de prosseguir no debate. Este, na verdade, só foi interrompido com a crise da dívida externa, no início dos anos 1980, porque, nesse momento, o modelo de crescimento econômico falhou de vez, e a discussão deixou de ser sobre distribuição de renda e passou a enfocar a retomada do crescimento.

A grande consequência disso tudo foi mudar o *status* da educação no Brasil: o *status* do Ministério da Educação e da própria política educacional. Naquela época, quem tinha visibilidade de fato era o

setor de infraestrutura; transporte, comunicações, mineração, energia. Lembro que, quando surgiu o debate sobre distribuição de renda, o ministro da Educação, que era Jarbas [Gonçalves] Passarinho, ficou entusiasmado com as teses que eu defendia: primeiro, educação é importante para o crescimento, capital humano é fundamental para o crescimento econômico; segundo, educação é o ingrediente essencial para conciliar, em longo prazo, crescimento e distribuição de renda. E essas teses forneceram um espaço maior para as políticas educacionais que, na verdade, o governo já vinha tentando.

Sim, mas o governo federal preocupou-se mais com a expansão do ensino universitário.

Sim, e até de forma exagerada. Fui um crítico severo do governo Médici nesse aspecto, porque seguiu uma política completamente centrada na expansão do ensino superior, quando meu estudo deixava claro que o fundamental era dar importância à educação básica, não só pela taxa de retorno que proporciona como também para melhorar a distribuição de renda. Nesse momento, entrei em rota de colisão com o Ministério da Educação que, naquela época, privilegiava o ensino técnico, profissionalizante. Sempre fui um crítico feroz dessa tendência, porque sempre considerei que a educação tinha que ser generalista, sólida nos seus pilares, nos seus fundamentos, porque o mercado de trabalho vive em permanente transformação. A parte profissionalizante deveria ser deixada a cargo das empresas ou das organizações do tipo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) e Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai).

Acho que o debate sobre distribuição de renda deu um novo peso à questão educacional no Brasil. Embora, se me perguntar: "Houve alguma mudança radical no enfoque educacional no país a partir desse debate?", terei que responder que, tardiamente, sim. Nos anos 1990, iniciou-se uma forte expansão quantitativa do sistema educacional, fazendo com que praticamente todas as crianças em idade escolar tivessem acesso ao ensino. O debate hoje é sobre a qualidade da educação. Minhas teses mostraram-se verdadeiras e foram aceitas, o que pode ser confirmado pelo prefácio à 3ª edição de meu livro

Distribuição da renda e desenvolvimento econômico do Brasil, escrito por Marcelo [Cortes] Néri, da FGV, um dos maiores economistas nessa área.[23]

Em sua opinião, por que os governos militares não investiram pesadamente em educação básica?

Porque foram atraídos pelas possibilidades do programa do Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral), liderado pelo Simonsen durante algum tempo.[24] O Mobral tinha um forte componente político: era um programa federal de execução descentralizada e tentava erradicar o analfabetismo entre os adultos, que era realmente alto na população brasileira. De certa forma, o governo federal concentrou suas energias em um programa emergencial, sabendo que não era definitivo. O ensino básico continuou sendo uma atribuição municipal, e aí a capacidade de operação e articulação do Ministério da Educação e Cultura é muito menor.

A verdade é que o Ministério da Educação (MEC) sempre foi um ministério da educação superior. Que eu me lembre, o único programa importante que o MEC desenvolveu naquela época para o ensino primário foi o da merenda escolar, pois foi objetivamente constatado que a frequência às aulas e o desempenho escolar estavam muito associados à desnutrição. Porém não houve uma política deliberada de repasse de recursos federais para que os municípios pudessem realmente fornecer educação básica a toda a população, e isso poderia ter sido feito, porque o governo federal mantinha o controle sobre a carga tributária. Houve um esforço para vincular receita orçamentária à educação, mas a alocação dessa receita era preponderantemente feita ao setor universitário.

Teria sido essa uma das falhas estratégicas dos governos militares em relação ao desenvolvimento econômico?

Sem dúvida nenhuma. Deveria ter havido um esforço maior de investimento na educação básica para, em 10 ou 15 anos, alfabetizar

23 LANGONI, Carlos Geraldo. *Distribuição da Renda e Desenvolvimento Econômico do Brasil*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

24 O Mobral foi criado pela Lei 5.379, de 15 de dezembro de 1967, com o objetivo prioritário inicial de alfabetizar a população urbana iletrada de 15 a 35 anos, mas, a partir de 1974, voltou-se, também, para os jovens de 9 a 14 anos.

toda a população em idade escolar. Isso teria mudado a face do país; hoje poderíamos ser diferentes, do ponto de vista de capital humano. Curiosamente, todos os regimes autoritários da Ásia fizeram o oposto. Taiwan, Coreia, Tailândia, Indonésia investiram maciçamente em educação primária. Logo depois que deixei a presidência do Banco Central, em 1983, visitei a Indonésia e fiquei impressionadíssimo; andando pelas áreas rurais do país, vi a mobilização nacional e as campanhas para as crianças estudarem. As escolas eram absolutamente simples, mas se via que eram bem tratadas, as crianças todas uniformizadas, enfim, uma política deliberada de disseminação da educação fundamental.

O senhor acha que economia fechada não rima com educação abundante?

Essa é uma boa observação. Realmente, o protecionismo gera uma distorção na formação de mão de obra, pois é possível escolher os setores em que se vai gerar mão de obra mais qualificada e continuar operando os demais com tecnologia defasada, uma vez que as barreiras tarifárias irão protegê-los de qualquer maneira. Agora, uma importante consequência da abertura da economia brasileira é obrigar o país a ser competitivo também em educação. Quando o Estado era onipresente, a educação básica não era considerada tão crucial para assegurar o desenvolvimento, até porque havia a seguinte explicação: "Mas o país cresce de qualquer maneira! Se o Brasil cresce apesar do número de analfabetos, por que é tão importante investir em educação básica?".

O governo Geisel iniciou sob o impacto do primeiro choque do petróleo, de outubro de 1973. Entretanto, o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), apresentado ainda em 1974, propunha um ambicioso programa de crescimento econômico.[25] Como o senhor se colocou na disputa entre os que defendiam a necessidade de realizar ajustes na economia e os que pregavam a manutenção do modelo vigente?

Minha posição era a de que era necessário realizar o ajuste, mas a reação do governo brasileiro, ao contrário, foi tentar financiar a crise.

25 O II PND, lançado no final de 1974, propunha estimular a produção de insumos básicos, bens de capital, alimentos, energia e um ajuste estrutural na economia brasileira.

Lembro que, naquela época, realizamos um seminário sobre o choque do petróleo na FGV, trazendo vários especialistas internacionais, e a discussão era se a crise era transitória ou permanente. A visão do governo era de que se tratava de situação transitória, episódica e que, portanto, não seria necessário realizar nenhum ajuste drástico.

Quem defendia essa posição, Mário Henrique Simonsen ou Reis Velloso?

O Velloso. Houve claramente uma divergência entre os dois. O Simonsen era muito mais partidário de um ajuste drástico, ou seja, aperto monetário, ajuste fiscal, desaquecimento da economia enquanto o Velloso achava que a resposta brasileira devia ser a de acelerar o processo de substituição de importações de vários segmentos, principalmente metal-mecânico e siderurgia, e para isso ele usava os instrumentos do BNDE, como subsídios maciços, e aumentava a produção interna, mas sem mudar a essência do modelo e, sobretudo, sem aceitar a ideia de desacelerar o crescimento. Assim, o II PND continuava falando em taxa anual de crescimento na base de 10%. Então, a divergência entre o Simonsen e o Velloso ficou pública, foi objeto de artigos e debates, foi até capa da *Veja*.

Quanto a mim, até por coerência metodológica, sempre defendi o ajustamento, a diminuição de incentivos e de subsídios. Sempre fui crítico do modelo de substituição de importações, pois tenho visão mais liberal e, além do mais, eu possuía uma identificação maior com o Simonsen, tanto do ponto de vista pessoal como do acadêmico. Assim, minha linha era mais crítica à visão defendida naquela época pelo ministro Velloso, ou seja, de tentar financiar a crise por meio do endividamento externo. E havia ainda um argumento muito forte, o das taxas de juros externas serem negativas em termos reais, uma atração irresistível, quase uma atração fatal para o endividamento exagerado. Um país sob regime autoritário, mas com legitimidade devido ao crescimento, optou por financiar esse desequilíbrio por meio do endividamento externo.

Se naquela época tivesse havido o choque do petróleo e simultaneamente um aumento dos juros internacionais – coisa que só aconteceu no final dos anos 1970 –, acho que a visão do Simonsen,

de fazer um ajustamento drástico, teria prevalecido. Mas, como os juros permaneceram baixos, era muito difícil criticar a escolha do governo, porque naquela época não tínhamos ideia dos limites desse endividamento. O Brasil começou com um endividamento muito baixo, e as empresas estatais possuíam um grande mecanismo de captação de recursos. Ou seja, tudo era favorável: o mercado queria financiar, havia projetos liderados pelo Estado, o setor público era relativamente bem administrado. Além disso, seis anos de crescimento contínuo, uma história de baixo risco político – àquela altura, ninguém pensava em crise dos regimes militares. Então, entendo a posição de algumas pessoas do governo: "Por que vamos desaquecer a economia agora, quando temos a opção de manter o crescimento utilizando financiamento externo?".

Onde a coisa realmente falhou foi na estratégia, porque a maioria desses recursos externos foi usada para desenvolver projetos que substituíam importações e que não necessariamente geravam um aumento das exportações. Algum dia essa dívida teria que ser paga, o que ficou preocupante quando os juros reais subiram; e justamente a segunda crise do petróleo, em 1979, veio acompanhada do choque dos juros.

O diagnóstico não estaria equivocado quanto à reação ao choque do petróleo, mas quanto à estratégia de investimentos, é isso?

Correto. Se o governo tivesse seguido essa mesma estratégia, mas tivesse sido cuidadoso em relação a projetos, dando prioridade aos que aumentassem rapidamente as exportações, nos anos 1980 o Brasil estaria, provavelmente, muito menos vulnerável. No entanto, entramos em alguns projetos pesados e em outros em que houve fracasso total, como a tentativa de substituir a qualquer custo a importação de bens de capital. Isso teve um efeito multiplicador de ineficiência da economia toda, e o mais grave foi, sem dúvida, a reserva de mercado na área de informática.

Em suma, houve erro na seleção dos setores, mas o erro básico é que ainda era um modelo intervencionista, em que o Estado e alguns poucos burocratas decidiam onde investir. A opção de investimento

não era uma decisão livre de mercado, não foram os empresários que escolheram este ou aquele setor. O Ministério do Planejamento, o BNDE e o Ministério de Indústria e Comércio sentavam-se, decidiam e escolhiam os empresários que iam investir. Era um regime completamente controlado pelo Estado.

Então, era evidente que, mais cedo ou mais tarde, erros seriam cometidos. Não se trata de crítica pessoal a ninguém, é da natureza do regime intervencionista a alta probabilidade de grandes erros ocorrerem.

As lideranças empresariais estavam conscientes do que estava ocorrendo?

Havia duas categorias de empresários: os que se beneficiavam dos subsídios e dos incentivos soltavam fogos, mas ainda assim começaram a ficar preocupados porque viram a demanda desabar com o desaquecimento da economia mundial; apesar dos incentivos, a rentabilidade começou a cair. O segundo grupo era composto por aqueles que estavam fora do "clube" que tinha acesso aos incentivos e subsídios. Era um grupo de descontentes, que aumentava a cada dia. Esse pessoal queria ter espaço para operar, mas esbarrava na burocracia governamental, no processo de seleção de investimentos. Evidentemente, o governo tinha que racionar os recursos. Apesar da prodigalidade do BNDE, que na época já contava com contribuições compulsórias, como o Programa de Integração Social – Programa de Formação de Patrimônio do Servidor Público (PIS-Pasep) e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS),[26] a verdade é que isso não era suficiente para atender todo mundo, assim, havia um complicado processo de racionamento e de seleção de investimentos.

Alguns economistas já tinham a percepção de que era excessivo o grau de intervenção. Essa percepção foi cada vez mais ganhando forma com a evidência das dificuldades da economia brasileira de manter, já em meados dos anos 1970, o crescimento econômico, apesar de todo o apoio do setor estatal. Finalmente, o debate estatização *versus* setor privado ganhou apoio da área empresarial. Eu diria que

26 FGTS e PIS/Pasep – Lei 5.107, de 13 de setembro de 1966; Lei 8.036, de 11 de maio de 1990; Lei Complementar 7, de 7 de setembro de 1970; e Lei Complementar 8, de 3 de dezembro de 1970.

saímos de uma convivência pacífica, em que o Estado era sócio e até complemento do setor privado, para uma "crise conjugal". Os atritos se tornaram mais importantes que os benefícios, e a mobilização dos empresários ganha uma dimensão política em 1977, na quarta reunião da Conferência das Classes Produtoras.

O senhor teve participação importante nessa reunião da Conferência Nacional das Classes Produtoras (Conclap).[27] *Como se tornou consultor do empresariado brasileiro?*

Eu tinha publicado um livro, *A economia de transformação*,[28] mais voltado para políticas econômicas. Na realidade, eu o escrevi para atender à demanda por livros didáticos na área de problemas brasileiros. Tinha sido criada nas universidades uma cadeira obrigatória com esse nome, e não havia bibliografia boa e abundante sobre o assunto. Nesse livro, comecei a discutir todos os problemas: inflação, crescimento, poupança, distribuição de renda, educação, culminando com teoria econômica aplicada à economia brasileira.

A partir daí, entrei na discussão sobre a estratégia do desenvolvimento nacional. Já naquela ocasião, eu tinha uma visão muito crítica em relação ao Estado intervencionista e devo ter sido um dos primeiros economistas a discutir o papel do Estado na economia, por meio de vários estudos muito críticos sobre os incentivos fiscais. Sempre considerei que os incentivos fiscais e os subsídios creditícios que o governo dava, além das barreiras protecionistas exageradas, representavam uma enorme distorção, que privilegiava a acumulação de capital físico em detrimento do capital humano. Eu defendia a ideia de que os incentivos fiscais fossem concedidos para atividades como treinamento de mão de obra e mais investimento em educação.

Talvez meu trabalho mais importante em termos de influência em políticas econômicas tenha sido o da reunião da Conclap. Foi o primeiro debate sobre desenvolvimento econômico em que os empresários criticaram abertamente o intervencionismo estatal. Foi

27 A IV Conferência Nacional das Classes Produtoras ocorreu de 31 de outubro a 4 de novembro de 1977, Hotel Nacional Rio, no Rio de Janeiro.

28 LANGONI, Carlos Geraldo. *A economia de transformação*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.

também no contexto da Conclap que aconteceu a famosa entrevista do Cláudio Bardella defendendo a legalização do Partido Comunista e a liberdade sindical, publicada na primeira página de jornais de alcance nacional.[29]

Essa reunião foi muito importante porque, pela primeira vez, a classe empresarial se mobilizou para discutir o modelo de desenvolvimento. O próprio Geisel esteve presente, assim como o Simonsen e o Velloso. Simonsen apoiou muito, porque essas ideias eram mais próximas das suas do que das do Velloso. Eu era o coordenador técnico da conferência e considerei a experiência muito interessante, porque preparei os *papers* básicos, e o tema principal era exatamente a revisão do papel do Estado na economia. Evidentemente, ia entrar em choque frontal com a linha do ministro Velloso. Eu tinha que ter habilidade para conduzir os debates, pois o regime era politicamente fechado e pouco afeito a críticas.

Os empresários estavam começando a contestar o intervencionismo estatal e, principalmente, o controle de preços. Eu introduzi a crítica aos incentivos e subsídios, e eles aprovaram. Nossa sugestão era que o governo acabasse com o controle de preços, mas acabasse também com os subsídios e incentivos – essa tese, revolucionária para a época, foi defendida pelas lideranças empresariais no texto final, a Carta da Conclap.

Em que a política econômica do governo Geisel afetava os empresários brasileiros?

Eles reclamavam muito do controle creditício – na época, o Simonsen usava mecanismos bastante rígidos de controle de expansão de crédito –, do controle de preços exercido pelo Ministério da Fazenda e criticavam as políticas industriais – havia uma Secretaria de Indústria, que decidia quais projetos poderiam ser aprovados. Além disso, já começava a haver uma preocupação com os subsídios exagerados, que estavam gerando setores com excesso de capacidade. Foi o período em que o Velloso resolveu dar um subsídio aos empréstimos

29 *O Estado de São Paulo*, n. 31.482 – 4 de novembro de 1977.

do BNDE. Tabelou a correção monetária em 20% e, com isso, alguns segmentos que tiveram acesso a esses incentivos foram muito bem durante certo período, mas tiveram dificuldades quando a economia brasileira entrou em desaceleração. De outro lado, já havia evidências de uma série de distorções nos incentivos fiscais ao Nordeste, que não estavam resultando em empresas saudáveis nem resolveram o problema do desemprego.

Portanto, havia uma série de críticas, todas canalizadas pela Conclap, de uma forma bastante fundamentada – fiz todo o trabalho técnico. Então, o governo não podia continuar a dizer, simplesmente: "Isso é visão de empresário, é choro de empresário". Teve que aceitar o debate. Lembro que, três dias antes da reunião da Conclap, Velloso me telefonou perguntando o que estava acontecendo, porque a coisa estava começando a ganhar conotações políticas, o que era natural. De qualquer maneira, a reunião teve um tremendo impacto. Pela primeira vez, houve uma discussão profunda sobre os fundamentos do desenvolvimento econômico brasileiro. Naquela ocasião, já dizíamos: "O processo de substituição de importações está esgotado, o intervencionismo estatal chegou ao seu limite, o *deficit* público começa a agravar o problema". Começamos a mostrar dados, deixando claro que era impossível continuar a existir aquela massa de incentivos e subsídios, que representavam uma parcela crescente do orçamento da União. Devíamos extingui-los, liberar os preços e usar os recursos para tornar a economia mais eficiente, mas devíamos, principalmente, investir mais em educação. Quer dizer, tínhamos uma visão completamente diferente de estratégia de desenvolvimento.

Essa era uma visão sua ou dos empresários?

Minha, e da equipe que eu liderava: José Júlio Senna, Edy Kogut, Antônio Carlos Lemgruber, em suma, professores da EPGE, além de vários alunos, que trabalharam comigo na elaboração dos documentos básicos; naquela época, a FGV ainda era a instituição de maior influência, não só junto ao governo, mas junto à área empresarial. Hoje, analisando *a posteriori*, eu diria que era uma visão bastante realista e, de certa forma, nós antecipamos a crise que aconteceria de qualquer maneira nos anos 1980 – a ironia é que eu tive que

administrar essa crise, no Banco Central. Porém estava evidente naquele diagnóstico que o modelo de intervencionismo estatal era absolutamente exagerado, e os planos de crescimento de 10%, a despeito da crise, absurdamente ambiciosos.

Entretanto, se adotarmos uma visão histórica, poderemos concluir que a crise econômica teve como grande benefício acelerar o processo de reforma política, porque, provavelmente, se o país continuasse em um ritmo de crescimento sustentado e o debate permanecesse restrito à distribuição de renda, a abertura política talvez tivesse sido adiada. O debate político foi alimentado pela evidência de falência do regime, de fracasso da estratégia de desenvolvimento baseado na intervenção do Estado, no protecionismo, nos incentivos e subsídios com os quais se cooptava a classe empresarial. Esse apoio dos empresários começou a diminuir e desapareceu com o segundo choque do petróleo, que levou ao racionamento do crédito e ao controle de preços.

Até o final do governo Geisel, a inflação era considerada um problema menor. De que forma ela surge como tema do debate econômico?

Ainda no governo Castelo Branco, o grande trabalho do Bulhões foi o saneamento das contas públicas, a virtual eliminação do *deficit* público com as reformas realizadas. Contudo, a inflação sempre foi a maior preocupação do Bulhões e ele teve muito sucesso no seu combate. Evidentemente, além da política fiscal e da política monetária, havia o instrumento do controle de preços. Bulhões nunca abriu mão disso, nem Roberto Campos, com toda sua ortodoxia, opôs-se ao controle. Delfim abusou do instrumento, e Simonsen continuou usando; porém de forma mais cuidadosa e seletiva: ou seja, o controle de preços foi uma marca dos governos militares. Nunca houve um período de liberdade de preços, apesar de uma situação fiscal relativamente tranquila.

O Simonsen considerava que os mercados eram imperfeitos e afirmava que, em uma economia com proteção tarifária, a única forma de se evitarem abusos de poder monopolista era com o governo controlando preços; sua lógica era corretíssima. Mas, apesar disso, a inflação saltou de 20% para 40% ao ano ainda com ele no ministério,

em função de dois fatores: o choque externo, que fez crescer muito o *deficit* público, e a indexação, que se tornou cada vez mais plena e menos parcial. É importante também lembrar que Simonsen é o autor da fórmula de política salarial, aplicada pela primeira vez pela dupla Campos-Bulhões, em que havia uma compensação apenas parcial da inflação passada.

Ocorre que o mecanismo da correção monetária, criado para proteger a poupança e, portanto, com pequeno efeito inflacionário, passou a ser utilizado como instrumento para proteger o salário, daí o efeito de realimentação da inflação, que Simonsen demonstrou de forma brilhante em um trabalho que se tornou clássico:[30] quanto mais se diminui o intervalo entre os reajustes salariais, mais aumenta a inflação. Entretanto, quando assumiu o Ministério da Fazenda, teve que abandonar a teoria e ceder à realidade política, passando a trabalhar com intervalos menores de reajuste salarial.

Hoje é muito fácil entender: uma economia indexada, sem competição, sofre um choque externo, automaticamente transmitido para todos os preços, por meio do câmbio e do salário. Evidentemente, a maneira de tentar administrar isso seria por meio de uma política fiscal duríssima, que levaria a uma recessão profunda, sem dúvida nenhuma. Se você introduz um aperto monetário violento e uma política fiscal dura, o ajuste seria todo no lado real da economia, ou seja, desemprego. Simonsen sabia muito bem disso. Portanto, a opção foi por uma política chamada de "gradual", aceitando índices mais elevados de inflação, afirmando que isso não era um problema, porque a economia era plenamente indexada e, portanto, a indexação funcionava como antídoto contra os efeitos distorcivos, alocativos e distributivos da inflação.

Essa é a tese que o governo vendeu – e vendeu bem – durante muito tempo. Vendeu tão bem que até o Milton Friedman comprou! Escreveu um artigo defendendo a introdução da indexação nos títulos públicos americanos, quando a inflação nos Estados Unidos começou a disparar. Vejam como o Brasil tinha sucesso em conviver com a

30 SIMONSEN, M.H. *Indexation: current theory and the Brazilian experience*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1981.

inflação e como o discurso do governo era acatado. O Simonsen era um mestre! Com sua capacidade lógica de vender esse peixe, fez todo mundo comprar.

O problema é que o modelo começa a se desfazer, porque tudo isso só funciona quando existe confiança nos instrumentos de correção monetária. Quando essa credibilidade começou a ser abalada, porque o controle de preços distorcia o índice de inflação, reduzindo-o artificialmente, tiveram início os debates sobre índices de preços.

A inflação surge, portanto, como problema, depois do segundo choque do petróleo, em 1979. Simonsen recebeu uma inflação de 20% ao ano, quando assumiu o Ministério da Fazenda, em 1974, e entregou um índice de 46% ao ano, quando saiu do Ministério do Planejamento em 1979. Seu argumento foi de que, logo no início, foi preciso fazer algumas correções nos índices.

Fotos

Carlos Geraldo Langoni na presidência do BC. Brasília, julho de 1983

Almoço da Anbid em comemoração aos quinze anos da Lei do Mercado de Capitais. Da esquerda para a direita, Karlos Rishbieter, Luís Gonzaça do Nascimento Silva, Ernane Galvêas, Roberto Campos, Casimiro Ribeiro, Carlos Langoni, João Paulo dos Reis Veloso (8º). Rio de Janeiro, 9 de agosto de 1982

Na Casa Branca, da esquerda para a direita, o vice-presidente dos Estados Unidos à época, George H. W. Bush (2º), o ministro Ernane Galvêas (3º) e o embaixador Azeredo da Silveira (4º). Washington, D.C., 1983

Evento com a presença de Alexandre Kafka (3º da 2ª fila, da esquerda para a direita) e Carlos Geraldo Langoni (último da 2º fila). Rio de Janeiro

Carlos Geraldo Langoni em evento de comemoração dos 20 anos de BC. Brasília, 1985

Com Fernando Milliet, Antônio Carlos Lemgruber e Fernão Bracher em evento de comemoração dos 20 anos de BC. Brasília, 1985

Na posse de Carlos Brandão como presidente da Andima, em março de 1982, com Ernane Galvêas (ministro da Fazenda), Paulo Lira (ex-presidente do BC) e o presidente à época, Carlos Langoni. Da esquerda para a direita: Carlos Brandão, Ernane Galvêas, Paulo Lira e Carlos Langoni.

Evento no Sindicato dos Bancos do Estado do Rio de Janeiro (Sberj). Da esquerda para direita, Carlos Geraldo Langoni (presidente do BCB), Luis Ildefonso Simões Lopes (diretor do Banco Brascan) e seu pai Luis Simões Lopes (presidente da FGV na época). Rio de Janeiro, 19 de dezembro de 1980

Evento no Sindicato dos Bancos do Estado do Rio de Janeiro (Sberj). Da esquerda para direita, Theophilo de Azeredo Santos (presidente da Fenaban), Antônio de Oliveira Santos (presidente da CNC), Carlos Geraldo Langoni (presidente do BCB) e Antônio Chagas Meirelles (diretor da Área Bancária do BCB). Rio de Janeiro, 19 de dezembro de 1980

Encontro de ex-presidentes no evento comemorativo dos 50 anos do BC. Da esquerda para a direita: Paulo César Ximenes, Gustavo Loyola, Wadico Bucchi, Fernando Milliet, Persio Arida, Alexandre Tombini, Carlos Geraldo Langoni, Henrique Meirelles, Ernane Galvêas, Arminio Fraga e Gustavo Franco. Brasília, março de 2015

No evento comemorativo dos 50 anos do BC. Brasília, março de 2015

Capítulo 4

Realizando um Sonho: a Fundação Getulio Vargas

Depois de passar quase três anos na ponte aérea, o senhor finalmente foi convidado a voltar para o Rio de Janeiro. Foi o próprio Mário Henrique Simonsen quem o convidou?

Não, o convite veio por intermédio do Edmar [Lisboa] Bacha, na época, diretor de ensino da EPGE/FGV. A escola havia tido um sucesso extraordinário sob a liderança do Simonsen, mas, já no início dos anos 1970, começavam a surgir no Brasil os economistas com formação acadêmica no exterior. Assim, foi realizado um esforço no sentido de reestruturar, de modernizar a EPGE.

O programa de mestrado da EPGE dominava completamente a cena nacional. Poucas faculdades de Economia ofereciam programas de pós-graduação. A primeira concorrência mais séria que surgiu para a FGV foi a USP, onde fiquei, de 1970 a 1973, ajudando a montar o programa de mestrado em Economia no IPE, da FEA/USP. Havia bons economistas na USP, na época, ligados ao Delfim Netto. Ou seja, desde há muito havia dois grupos de economistas: um ligado ao Delfim e o outro, ao Simonsen.

Quem compunha o grupo de Delfim Netto?

Antônio Carlos Rocca; Affonso Celso Pastore; Akihiro Ikeda, professor de estatística, que depois foi um dos principais assessores do Delfim; Miguel Colassuonno, que não era acadêmico, mas era importante pois, como diretor do IPE, foi quem viabilizou financeiramente o instituto. Depois, ele seguiu carreira política, tornando-se até prefeito de São Paulo. Havia outros economistas, mas o núcleo era esse.

A eles eu me juntei em 1970, como mencionei, a convite do Pastore e do Rocca. Reestruturei o programa da USP nos moldes das universidades norte-americanas, evidentemente, com muita influência

de Chicago. Introduzi a ideia de trimestre – aqui só tínhamos o regime de semestre – e um esquema de cadeiras obrigatórias no primeiro ano e opcionais no segundo, com um exame no final do primeiro ano, exatamente como o *core examination* de Chicago. Além disso, ajudei a criar a *Revista de Estudos Econômicos*, a primeira revista de economia publicada em São Paulo, mais uma vez para competir com a *Revista Brasileira de Economia*, publicada pela EPGE.

Além disso, no Brasil, o trabalho de preparação de tese era muito amadorístico, porque não havia professores para orientar as teses. A verdade é que os alunos ficavam soltos, porque não havia professores em tempo integral, regime que começamos a instalar na USP. Considero uma grande contribuição minha à EPGE – quando assumi a direção da escola – a criação de condições para que tivéssemos na Fundação, pela primeira vez, um grupo de professores em tempo integral. Até então, todos os professores dedicavam-se em tempo parcial, eram horistas e tinham outras atividades. Só o Simonsen ficava o dia inteiro na escola.

O senhor, então, encontrava-se em São Paulo quando aceitou o convite para se transferir para a EPGE.

Sim, já estava cansado da ponte aérea e, como disse, meu sonho sempre foi trabalhar na FGV. Quando surgiu o convite do Bacha, perguntei se o Simonsen estava de acordo com o convite. Ele respondeu que o havia convencido, e ele achava importante para a escola ter uma pessoa com a minha formação para ensinar economia monetária, na área de desenvolvimento, porque não tinham nenhum professor nesse campo.

E o senhor era ex-aluno do Colégio Nova Friburgo. De certa forma, estava voltando para casa.

É verdade, e isso me dava uma enorme vantagem, pois o Simões Lopes era um grande visionário e criador da FGV e eu era o primeiro ex-aluno do Colégio que voltou para dar aulas lá. Acho mesmo que fui o único, não me lembro de nenhum outro. O próprio Simonsen tinha essa admiração, porque sabia que era um caso interessante, de um ex-aluno do Colégio Nova Friburgo que voltava à FGV. Era um

retorno ao lar. Aliás, meu primeiro teste de sobrevivência política foi conviver com a FGV, uma instituição com figuras extremamente importantes e cada uma com sua própria área de influência.

A EPGE, na realidade, era o Simonsen, era praticamente uma projeção do seu brilho intelectual. Quando entrei, a escola passou a se beneficiar também da participação de vários professores, em geral jovens economistas recém-formados no exterior. Isso tudo sem perder sua tradição. Minha linha de pensamento econômico era muito parecida com a do Simonsen, portanto não houve nenhuma divergência. Mas confesso que fui recebido com certa suspeita por seus amigos mais íntimos. Hoje, analisando com mais tranquilidade, vejo que o que havia era um certo ciúme do Simonsen, aquela figura espetacular, que todo mundo idolatrava. De repente, apareço eu, PhD em Economia em Chicago, desconhecido da casa.

Dois acontecimentos me ajudaram muito. Primeiro, com a saída do Bacha, assumi a direção de ensino da EPGE. Além do Simonsen, eu era o único professor em tempo integral na escola porque queria, de fato, me dedicar à área acadêmica. O segundo evento foi a ida do Simonsen para o Ministério da Fazenda em 1974. Houve então uma disputa interna pelo cargo de diretor, que era um cargo importantíssimo. Quem iria substituir o Simonsen? Ele queria que eu fosse o diretor desde o início, mas houve muita dificuldade em convencer os outros professores.

Como subdiretor e, depois, diretor de ensino, o senhor contratou professores para a escola?

Nesse primeiro momento, eu já trouxe o Clóvis [José Daudt Lyra Darrigue] de Faro, que mais tarde seria diretor da escola, e vários PhDs como Edy Kogut; Antônio Maria da Silva, do ITA; José Luís Carvalho; Cláudio Haddad; José Júlio Senna e o Antônio Carlos Lemgruber – este veio para o Instituto Brasileiro de Economia (Ibre), mas eu o levei para dar aulas na escola. O Simonsen, por sua vez, havia trazido o Francisco (Chico) [Lafaiete de Pádua] Lopes, o Dionísio Dias Carneiro [Netto] e o Rogério [Ladeira Furquim] Werneck, seus alunos, por quem ele tinha grande admiração.

Quando Simonsen foi para o Ministério da Fazenda, começou a disputa pelo cargo de diretor da EPGE. Evidentemente, eu tinha vontade de ser diretor, mas a palavra final era dele. Tive que vencer algumas resistências, e a pessoa-chave nesse processo foi o [Augusto] Jefferson [de Oliveira Lemos], pessoa da confiança do Simonsen, que ia assumir a chefia da assessoria econômica do Ministério da Fazenda. Finalmente, concordou-se que, por uma questão de mérito, de currículo, o candidato natural a assumir a direção da escola era eu, até pela experiência anterior com a estruturação do programa de mestrado da USP. Fui, então, confirmado como diretor da EPGE, aos 29 anos de idade. Para minha vida, esse foi um marco importantíssimo.

Os acadêmicos brasileiros ainda não tinham o hábito de escrever papers*, não é?*

É verdade. Nesse ponto, o Pastore teve um papel muito importante. Ainda que não tenha tido uma formação no exterior – é uma espécie de autodidata –, ele sempre foi brilhante e tinha essa visão da importância de se produzirem trabalhos rápidos para circulação e debate.

Quando fui para a EPGE, a primeira decisão que tomamos foi dinamizar a área de pesquisa e começamos a produzir os *Ensaios Econômicos*, que já existiam, mas eram basicamente ensaios, grande parte deles artigos do Simonsen, trabalhos exclusivamente dele. Começamos a obrigar os professores em regime de tempo integral, praticamente de dedicação exclusiva, a produzir pesquisas e a publicar nos *Ensaios Econômicos* antes de publicar na *Revista Brasileira de Economia*. Um dos meus primeiros trabalhos sobre distribuição de renda foi publicado nos *Ensaios Econômicos* da EPGE antes de ser publicado em livro.[31]

Considero que meu papel na EPGE foi basicamente o de modernizar a estrutura. O apoio de Simonsen foi fundamental, porque a FGV dependia de verbas oficiais. Ele era ministro da Fazenda e apoiou a FGV como um todo e a EPGE em particular. Um dos principais

31 LANGONI, Carlos Geraldo. Papel do investimento em educação e tecnologia no processo de desenvolvimento econômico. *Ensaios Econômicos*. EPGE: Rio de Janeiro, 1972.

projetos que realizei, além de modernizar o programa de mestrado, foi iniciar o programa de doutorado. Queríamos ter o primeiro programa de doutorado do Brasil e conseguimos. Para isso, era necessário um número maior de professores de tempo integral e foi, então, que contratei outros professores, como o José Júlio Sena. Trouxe também o Gregorio Forell Lowe Stukart, da Universidade de Columbia. Tentei diversificar, para acabar com essa ideia de que eu queria apenas ter gente de Chicago.

Como o senhor se relacionou com o grupo liderado por Francisco Lopes?

Quando assumi a direção da EPGE, houve um acordo: José Luís Carvalho ficou como diretor de pesquisa, e o Chico Lopes, como diretor de ensino, para que a escola não se tornasse uma reprodução de Chicago. Havia uma preocupação natural de que a EPGE mantivesse sua personalidade. Mais tarde, houve uma divergência, e ele acabou saindo da FGV com o seu grupo: Dionísio Dias Carneiro e Rogério Werneck. Foram se juntar ao Bacha no Departamento de Economia da PUC.

Em que consistiu seu trabalho de modernização da EPGE?

Primeiro, contratei professores de tempo integral, o que era fundamental. Segundo, modernizei o currículo, que foi todo modificado, sem perder a ênfase quantitativa dada pelo Simonsen e que é uma marca da EPGE. Foram reforçadas as cadeiras básicas de Economia, principalmente Teoria dos Preços e Macroeconomia, ampliado o número de cadeiras opcionais, por exemplo, na área de desenvolvimento econômico, de finanças públicas, de comércio internacional, de história do pensamento econômico. Principalmente, fizemos um bom trabalho na orientação dos alunos, não só na sua atividade acadêmica, na escola, mas também quando da elaboração das teses, para melhorar sua qualidade.

Nenhum traço cepalino na EPGE?

Nenhum, nenhum. Aliás, era da tradição da FGV. Montamos um programa que poderia ser classificado de ortodoxo, embora eu não

goste da classificação. Um programa clássico de boa economia, boa formação econométrica, boa formação estatística. Acho que, como disse, o segredo foi manter a tradição da escola que Simonsen plantou e criou com tanto brilho, mas adaptando essa orientação metodológica para uma fase nova da ciência econômica, da própria economia brasileira. Aliás, discuti todas essas reformas com Simonsen, jamais tomei qualquer decisão unilateralmente. Outra medida foi dinamizar a congregação da EPGE. Os professores passaram a participar intensamente das discussões sobre currículo, programa etc.

Organismos como a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) forneceram recursos aos programas da EPGE?

O CNPq concedia bolsas de estudos para os alunos. Lembro que consegui aumentar o valor da bolsa de doutorado para 3 ou 4 salários mínimos, um valor razoável para a época. Além disso, obtivemos ainda alguns recursos da Fundação Ford, mas pouca coisa. Naquela época, as fundações americanas já começavam a perder importância. O Brasil criou um programa de bolsas de estudos para cursos de mestrado e doutorado no país, e também contávamos com recursos para dar uma ou duas vagas para o doutorado ou pós-doutorado no exterior. Mandei nesse programa o Paulo Guedes, o [Roberto] Castello e mais alguns alunos. Ou seja, tínhamos um programa de pós-graduação, o estudante fazia o mestrado e o doutorado na Escola e ainda passava um ano no exterior.

Os professores eram bem pagos?

O salário era bom. Quem se dedicava à pesquisa, além das aulas, recebia um adicional. O total ficava em torno de seis mil dólares. Os professores podiam dar consultorias externas, mas tinham que permanecer fisicamente na escola. Era uma coisa bonita, porque se chegava à EPGE à tarde, e os professores todos estavam nas suas salas. Mudamos a programação, de modo a obrigar o aluno a ter aulas o dia inteiro; então, havia sempre professores à disposição. Era um grupo de professores de tempo integral e de muito bom nível. Eu estava sempre na escola.

Como eram as relações entre a EPGE e o Ipea? Alguma rivalidade?

Havia certa rivalidade, sim. A FGV sempre despertou muito ciúme, por seu prestígio e pela proximidade do poder. Todo mundo achava que a área econômica do governo era uma extensão da FGV, tanto que, quando assumi a direção da escola, logo começaram a falar que eu seria ministro, não ia esquentar lugar. Era natural! Tinha havido o Gudin, depois o Bulhões, o Simonsen. O Reis Velloso era professor da EPGE, o próprio Roberto Campos era muito ligado à FGV. Então, havia uma rivalidade entre USP e Fundação, entre Ipea e FGV.

Mesmo sendo um órgão do governo, o Ipea sempre funcionou como uma espécie de consciência crítica das políticas do governo federal.

Ah, sim, tinha certa autonomia. Era interessante. E começou a publicar artigos sobre distribuição de renda, o que aumentou ainda mais a rivalidade entre o Velloso, que era ministro do Planejamento e tinha sido o criador do Ipea, e o Simonsen, que estava no Ministério da Fazenda, portanto administrando a política de curto prazo. As críticas acabavam sendo canalizadas para o Simonsen.

Apesar disso, sempre me dei bem com o Velloso. Mesmo no ministério, ele continuou a dar aulas na EPGE, embora tivesse diminuído o ritmo. Conversei com o Simonsen, e ele, elegante como sempre, disse: "Não tenho nada contra, acho até que é muito bom para a escola ter o Velloso dando algumas aulas sobre planejamento econômico, economia aplicada e tal".

Em 1975, a EPGE inaugurou o programa de doutorado. Como foi montado?

Foi uma luta. Primeiro, para conseguir recursos para remunerar os professores; depois, para criar um incentivo para os alunos cursarem o doutorado, porque a tendência nessa época era o sujeito fazer o mestrado e ir para o mercado de trabalho ou então fazer o doutorado no exterior. Então, foi um trabalho muito difícil. Fizemos um programa em que o acesso não era automático: criamos o *core examination*, copiando as universidades americanas, como requisito para passar do mestrado para o doutorado. Criamos um programa de intercâmbio, recebendo professores do exterior por um período, em geral um trimestre ou

um semestre, como professor visitante. Uma atividade que incentivei muito foram os seminários, os eventos. Sempre gostei de seminários, e organizamos muitos, com palestrantes internacionais. Organizamos, por exemplo, um seminário sobre a crise do petróleo, que gerou até um número especial da *Revista Brasileira de Economia*, trouxemos vários professores importantes do exterior.

O programa de doutorado foi lançado com sucesso e, logo no início, demos o título de doutor *honoris causa* ao Simonsen, que não tinha título de doutor. A congregação aprovou, e fizemos uma cerimônia que foi muito importante, na época. O primeiro título de doutor em Economia que Simonsen recebeu foi da escola criada por ele.

Após a passagem pelo Banco Central, como foi seu retorno à FGV?

Fui convidado pelo Simonsem para voltar a dar aulas e ser o diretor de ensino da escola. Contudo, optei por criar o Centro de Economia Mundial (CEM/FGV), totalmente financiado com recursos privados, ao que Simonsem deu total apoio.

O CEM foi o primeiro centro de debates sobre a abertura da economia brasileira e sobre as implicações do processo de globalização nas suas dimensões comerciais, tecnológicas e de investimentos. O Centro tem cerca de 25 anos e tornou-se referência nessas questões fundamentais. Recebemos grandes personalidades nacionais e estrangeiras, como [Henry] Kissinger e [Paul] Volcker, além de ministros da Fazenda e presidentes de bancos centrais.

Atualmente, continuo à frente do Centro, além de ajudar Cesar Cunha Campos, que construiu, com sua capacidade empreendedora, a FGV Projetos, da qual é diretor, uma área de consultoria altamente sofisticada da Fundação, onde posso contribuir com minha experiência também no setor privado. Em especial na área de privatizações, na qual atuei como CEO & Partner do grupo inglês NM Rothschild no Brasil, entre 1989 e 1997, quando tive o privilégio de assessorar o BNDES nas privatizações da Vale, Embraer, entre outras.

Note-se que, nos últimos quinze anos, a FGV tem se destacado no *ranking* das instituições de ensino do país, sempre ocupando as

primeiras posições. Esse desempenho é fruto do trabalho de muitos professores e pesquisadores, sob a liderança e enorme competência do presidente da FGV, Carlos Ivan Simonsen Leal e do vice-presidente Sergio Quintella. Fico particularmente feliz em constatar que a EPGE, dirigida pelo professor Rubens Cisne Penha, fiel às suas raízes, mantém alto padrão de qualidade, estando em primeiro lugar entre as escolas de Economia do país.

Após tanta luta e desafios, considero-me um homem realizado. Tive a felicidade de encontrar Cristiana Dutra, meu grande amor, com quem estou casado há 18 anos e que deu novo sentido à minha vida. Seu filho Pedro, muito próximo de nós, segue carreira de sucesso no mercado financeiro. Sua filha Juliana, advogada, mesmo distante, permanece nos nossos corações. Meu ritmo de trabalho é intenso, cada vez mais dedicado à Fundação.

Hoje não tenho mais vaidades pessoais, mas a economia continua sendo a minha paixão: escrevo toda semana o *Aide Memoire* sobre as principais tendências macro. Planejo voltar a escrever um livro sobre economia brasileira, uma vez que o último – *A crise do desenvolvimento* – foi publicado em 1985. Quero que esse trabalho seja publicado pela FGV. É uma forma singela de agradecer por tudo que recebi dessa grande instituição.

Capítulo 5

Presidente do Banco Central

No governo [João Baptista de Oliveira] Figueiredo, Mário Henrique Simonsen trocou o Ministério da Fazenda pelo do Planejamento. O senhor, ao que soubemos, chegou a ser convidado para ser o secretário-geral do Ministério.

É verdade, isso foi noticiado pela imprensa. No entanto, a equipe do Simonsen, que vinha com ele desde a época do Ministério da Fazenda, não considerou apropriado incorporar um novo membro. Era natural. Aquela equipe havia trabalhado com ele durante quatro anos na Fazenda e gostaria de continuar no Planejamento. Minha presença criou certa dificuldade para o Simonsen acomodar as personalidades envolvidas. Assim, ele me propôs assumir a presidência do Ipea, mas eu recusei. Para mim, não fazia sentido sair da EPGE para assumir o Ipea. Preferia continuar na EPGE, que me era muito mais interessante. De toda forma, fiquei muito grato por saber que o Simonsen, pessoalmente, gostaria de ter contado comigo em sua passagem pelo Planejamento.

As divergências entre Simonsen e outros ministros tiveram alguma repercussão na comunidade acadêmica?

Na comunidade acadêmica, o que havia era uma discussão que teve início depois do primeiro choque do petróleo. Simonsen defendia o aperto monetário – ele chegou até mesmo a estudar o racionamento de petróleo –, enquanto Velloso defendia o aumento da produção interna por meio da substituição de importações e do financiamento externo.

A verdade é que o Brasil jamais se propôs a realizar um ajustamento de forma voluntária, sempre o fizemos em contexto de crise. Isso foi verdade em 1964 e em 1982. Apenas depois de praticamente

atingirmos uma situação de moratória, o ajuste foi realizado. No Brasil, achávamos mais confortável financiar o desequilíbrio do que fazer o ajuste, até porque, naquela ocasião, os juros internacionais eram muito baixos. Depois, enfrentamos a segunda crise do petróleo e novamente não fizemos o ajuste necessário. Fomos realizá-lo apenas com a crise da dívida externa em 1981/1982, quando já era inevitável. Aliás, em 1981, já havíamos iniciado o processo de ajustamento, em grande parte por meio da atuação do Banco Central.

Na sua opinião, isso acontece porque é difícil um governo resistir politicamente a uma recessão?

Sim, mas o mais interessante é que, naquela época, considerávamos que isso era um viés de governos autoritários. Em verdade, estamos verificando que o problema existe em qualquer tipo de regime político. Estamos em uma democracia e assistimos ao dilema da mesma maneira, à dificuldade que o governo tem de assumir os ônus do ajuste.[32] Já houve o primeiro choque do México, o primeiro choque asiático, o segundo choque asiático, e o governo brasileiro continua adiando o ajuste fiscal.

O medo político de uma recessão é muito grande. As lideranças políticas mais atentas fazem a seguinte comparação: em 1962 e 1963 houve uma recessão, e o governo João Goulart caiu; em 1982 e 1983, nova recessão, e foi o fim do regime militar; em 1991 e 1992, mais uma recessão, e o [Fernando Affonso] Collor [de Mello] desapareceu. Mais recentemente, houve o *impeachment* da presidente Dilma.

Tudo isso é verdade, mas há uma curiosa lição de Economia, muito simples, mas que ninguém exercita na prática: em geral, o ajustamento voluntário tem um custo social menor do que o compulsório, ou seja, se os governos adotassem as medidas necessárias para corrigir os desequilíbrios quando surgissem os primeiros sinais, o impacto recessivo seria muito menor. No caso do Brasil, por exemplo, se em 1974, com a evidência do aumento brutal do preço do petróleo e os sinais de desaceleração da economia mundial, o governo tivesse

32 Entrevista realizada em 14 de setembro de 1998.

imposto algum freio ao ritmo da atividade econômica – ou seja, em vez de crescer 9% ao ano, aceitasse crescer 5% – não teríamos tido aquele aumento vertiginoso da dívida externa. Uma dívida que eu tive que renegociar, como presidente do Banco Central, e que cresceu de forma acelerada entre 1974 e 1979, exatamente no período em que o país decidiu manter o crescimento econômico e financiar o desequilíbrio por meio da entrada de recursos externos.

Há outros exemplos, não mais no âmbito da dívida externa, mas no plano interno. Em vez de combatermos a inflação quando ela alcançou 50% ao ano, consideramos que, com a indexação, poderíamos conviver com qualquer nível de inflação. Com isso, deixamos a inflação atingir mais de 2.000% ao ano e, só depois de dois ou três planos mal concebidos, conseguimos adotar um programa de estabilização efetivo e bem-sucedido, o Plano Real. Mas isso não aconteceu só no Brasil; no México, ocorreu algo semelhante. O governo mexicano tentou postergar seus desequilíbrios externos em função do calendário eleitoral e foi engolido por uma séria crise.

Retornando à nossa história, o fato é que o Simonsen não conseguiu sair vitorioso no embate com o Delfim e preferiu deixar o Ministério da Fazenda. Por uma dessas ironias do destino, acabei indo para o governo, não pelas mãos do Simonsen, mas, indiretamente, pelas do Delfim que assumiu o Ministério do Planejamento e nomeou o Galvêas presidente do Banco Central.

O senhor já conhecia Ernane Galvêas?

Há algum tempo. Sempre fomos muito amigos – aliás, o Simonsen também gostava muito dele. Nomeado presidente do Banco Central, ele me convidou para ser diretor da Área Bancária. Naquela ocasião, eu já estava com grande interesse pela formulação da política econômica e considerei o convite muito atraente. Também já conhecia o Delfim desde a época do trabalho sobre distribuição de renda e sempre tive uma impressão muito positiva dele como economista; além disso, ele tinha tido grande sucesso como ministro da Fazenda do Costa e Silva e do Médici. Fui conversar com o Simonsen, que me estimulou muito: "Acho que para você é uma excelente oportunidade, e fico

satisfeito de você ir para o Banco Central com o Galvêas, que é uma pessoa seríssima. Vá em frente".

Simonsen não guardou nenhum ressentimento por ter saído do governo?

Não, ele tinha uma capacidade extraordinária de conviver com essas situações. Lembro-me de um episódio que me emocionou muito: quando deixou a direção da EPGE para assumir o Ministério da Fazenda, o Simonsen me deu posse como diretor da Escola. Quando deixei a EPGE para ser diretor do Banco Central, transmiti o cargo ao próprio Simonsen. Fiz uma cerimônia na EPGE, no Auditório Eugênio Gudin, que tinha acabado de ser inaugurado, e o Simonsen foi muito carinhoso comigo. Talvez tenha até sido diplomático demais, por não ter me alertado sobre as dificuldades que eu ia enfrentar devido aos problemas da economia brasileira. De todo modo, na idade que eu tinha à época, 35 anos, o desafio de assumir uma função pública era tão atraente que, qualquer que fosse a situação, eu aceitaria. Há uma fase na vida em que o que se quer mesmo é enfrentar desafios, e eu confiava muito na minha capacidade de trabalho, no meu conhecimento da economia brasileira e achava que podia ajudar o país.

Galvêas nomeou uma diretoria inteiramente nova ou alguns nomes permaneceram?

Ele mudou todo mundo. Eu não conhecia nenhum dos novos diretores. O Galvêas chamou o Antônio Augusto dos Reis Veloso, uma pessoa excelente, para a Diretoria de Administração; nomeou o [Herman Wagner] Wey diretor de Mercado de Capitais; o [José Kleber] Leite de Castro diretor de Crédito Rural e Industrial; o [José Carlos] Madeira Serrano diretor da Área Externa. Eram todos desconhecidos para mim até aquele momento.

Antes de ser presidente, como mencionei, fui diretor da Área Bancária. Mais tarde, nomeei Antônio Chagas Meirelles, para essa função, e criei a Diretoria de Dívida Pública, para a qual convidei Cláudio Haddad, que era professor da EPGE.

Eu nunca havia convivido com instituições governamentais e, por isso, o primeiro aspecto que me impressionou foi a hierarquia do

Banco Central, instituição em que as figuras de presidente e diretor são muito sérias. Eu vinha da área acadêmica, em que tudo é muito mais informal, e me impressionei muito com a maneira formal e hierarquizada como a instituição estava estruturada. Na verdade, isso era uma herança do Banco do Brasil, que sempre foi uma organização estruturada com base na hierarquia, em que o cargo é muito importante. A relação das pessoas do Banco Central girava em torno desses cargos, e eu não tinha a menor ideia da importância disso. Aliás, para falar francamente, eu não tinha a menor ideia da importância do meu próprio cargo – só depois de algum tempo descobri que era muito mais importante do que eu imaginava. Cheguei lá um pouco com aquele espírito acadêmico, muito mais puro e certamente muito mais ingênuo. Quando se entra na vida pública, o jogo político é muito mais pesado do que se pode pensar.

O segundo aspecto que me impressionou no Banco Central foi a qualidade técnica dos funcionários. Naquela época, havia um grupo mais *senior* – alguns até em final de carreira –, composto por alguns funcionários oriundos do Banco do Brasil e por outros selecionados em concurso rigoroso, que era excelente. Eram pessoas que conheciam profundamente a parte operacional, o funcionamento das instituições. Eu nunca tinha tido interesse por esse aspecto mais operacional, sempre gostei da parte de formulação política; então, pude aprender muito.

Naquela altura, o Banco Central já tinha quinze anos. As relações com o Banco do Brasil ainda continuavam difíceis?

Nunca deixaram de ser delicadas, pelo menos. Naquele momento, estávamos começando a tentar controlar a conta movimento que, na realidade, era uma conta de redesconto a custo zero do Banco do Brasil junto ao Banco Central. Isso significava, na prática, que o Banco do Brasil também era um banco emissor de moeda.

Logo que cheguei ao Banco Central, descobri que havia dois bancos centrais: um formal, que atuava como autoridade monetária; e outro comercial, que atuava como banco de fomento. Esse foi o grande

desafio, pois, para executar a política monetária, era preciso controlar o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal. Esta, então, ficava inteiramente fora do controle do Banco Central.

Por quê?

Porque ela tinha as suas fontes próprias de recursos e sua política própria de expansão, fixada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) sem passar, necessariamente, pelo controle do Banco Central. Do outro lado, tínhamos o Banco do Brasil, com uma força política brutal. O Banco Central, que não era independente, tinha que conquistar seu próprio espaço.

O grande desafio era fortalecer politicamente o Banco Central, para que ele pudesse executar uma política monetária que precisava ser restritiva apesar de, no início, o Delfim acenar com propostas expansionistas. Logo percebi que essa política entraria em conflito com a realidade do mercado e com as condições internacionais, que estavam se deteriorando rapidamente. É importante lembrar que o petróleo caminhava para US$40 o barril, hoje equivalente a cerca de US$200, a taxa de juros internacional chegava a 18% ao ano e a economia mundial mergulhava em uma recessão. Naquele momento, quando cheguei ao Banco Central, ainda como diretor, recebi o primeiro choque de realismo, porque o processo decisório de política econômica estava longe de ser coordenado e articulado. Na verdade, as decisões eram tomadas em múltiplos centros de poder. O Banco Central era impactado pelas consequências práticas dessas medidas e precisava tentar conter expansões exageradas do *deficit* comercial e do *deficit* do balanço de pagamentos e, principalmente, evitar o descontrole inflacionário. Entretanto, o que era cada vez mais evidente para mim era a necessidade de uma coordenação entre a política monetária e a política fiscal.

Mais tarde, ao longo de minha presidência do Banco Central, fiz vários discursos nesse sentido, e é interessante observar que, hoje em dia, o discurso é o mesmo.

Dentro do Banco Central, havia dificuldades para operar com esta estrutura de dois bancos centrais?

Certamente. O Banco Central tinha que lidar com uma área de financiamento à agricultura e com as famosas "contas em aberto", a conta-petróleo, a conta-trigo e a conta movimento do Banco do Brasil. Iniciei um processo muito difícil de reorganização institucional da área monetária e encontrei resistências dentro e fora do Banco Central. Era preciso alocar recursos de acordo com a demanda, que era infinita, já que o crédito era subsidiado, com os juros bem menores do que os de mercado. Uma das coisas mais impressionantes daquela época era a quantidade de delegações políticas que eu recebia, do país todo. A classe política via o Banco Central não como uma autoridade monetária, mas como um banco de fomento. A visão era completamente distorcida, mas absolutamente realista, pela maneira como estava organizado institucionalmente o Banco Central.

Logo que assumiu, o ministro Delfim Netto iniciou um movimento de reversão da política seguida até então pelo ministro Simonsen. Mas, já em dezembro de 1979, o governo se viu obrigado a baixar um pacote de medidas recessivas que incluíam a maxidesvalorização do cruzeiro frente ao dólar.

Além da desvalorização de 30%, o pacote também eliminou subsídios fiscais e pôs em prática a nova política salarial, e tudo foi realizado ao mesmo tempo. Finalmente, em janeiro de 1980, houve a prefixação da correção monetária. Só tomei conhecimento a respeito dessas medidas quando praticamente todas já estavam definidas. Apesar de conversar muito comigo, o Galvêas não me dava acesso a todas as decisões do governo. Afinal, eu ainda não pertencia ao primeiro escalão.

Minha preocupação era com a expansão monetária, com a criação de mecanismos de controle monetário. Assim, quando o Galvêas me falou da ideia de fazer uma maxidesvalorização e limpar a área de incentivos e subsídios, achei interessante, desde que fosse acompanhada de uma política monetária e de uma política fiscal restritivas. Eu não tinha a menor ideia de como seria executada a política fiscal, era algo que estava fora do meu alcance, era da alçada do Ministério do Planejamento.

O que realmente causou grande incômodo ao Banco Central foi o anúncio da prefixação da correção monetária, uma iniciativa do Delfim, em janeiro de 1980. Eu havia acabado de assumir a presidência do Banco Central e ainda não tinha espaço próprio para participar das discussões. Lembro-me apenas de que, com a medida, o Delfim tentou reverter as expectativas. Mas o Banco Central ficou amarrado, porque logo percebi que a política monetária seria uma política passiva, já que a taxa de juros tinha que ser compatível com a correção monetária prefixada e não com a realidade da inflação. Isso criou uma distorção na política monetária e gerou um conflito muito grande entre o Banco Central e a área de planejamento.

Havia, então, um certo desarranjo institucional no país?

Sem dúvida. Tome como exemplo o CMN que passou a ser presidido pelo ministro do Planejamento – alteração introduzida por Delfim quando assumiu o ministério. Nesse momento, já se criava um óbvio conflito institucional porque o ministro do Planejamento tem objetivos de longo prazo, como desenvolvimento, crescimento, e não objetivos de controle monetário. Os membros do CMN eram os ministros da Fazenda, da Indústria e Comércio e da Agricultura e os presidentes do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal, além de representantes do setor privado, que davam a maior dor de cabeça. O presidente do Banco Central era o secretário-executivo. Em resumo, percebe-se pela composição do CMN que praticamente todos os "ministérios gastadores", como chamava o Simonsen, ou "desenvolvimentistas", tinham assento no Conselho que, assim, voltava-se muito mais para a expansão do que para a restrição monetária. O presidente do Banco Central era uma voz solitária e, muitas vezes, contava apenas com o apoio do Ministro da Fazenda.

É interessante lembrar que uma das grandes reformas realizadas pelo governo Fernando Henrique foi trazer o CMN de volta às suas origens. Hoje, sua composição conta com o ministro da Fazenda, o ministro do Planejamento e o presidente do Banco Central e ponto. Essa reforma é pouco comentada, mas eu, que conheço bem o processo decisório, fiquei com inveja do Pedro Malan e do Gustavo [Henrique de Barroso] Franco porque acabou aquele festival de representantes do setor privado.

Como o senhor via a transição desse regime onde era institucionalmente impossível manter um controle monetário para uma situação de Banco Central independente?

Discutimos muito isso internamente e concluímos que era fundamental acabar com o crédito subsidiado. Com isso, seriam eliminadas, na prática, as funções de fomento do Banco Central. Assim, a forma politicamente mais aceitável para atingir esse objetivo era defender o fim do crédito subsidiado e, aos poucos, ir colocando as coisas nos seus devidos lugares.

Pela primeira vez, começamos, em 1980, a cobrar uma taxa de redesconto ao Banco do Brasil e acabamos com sua taxa zero. Esse é um marco histórico importante, porque afetava diretamente o poder do Banco do Brasil, sua capacidade de angariar recursos e sua rentabilidade.

Mas não era possível acabar abruptamente com a conta movimento, não é?

Não, isso levaria a uma virtual falência do Banco do Brasil. Algo que logo se aprende no Banco Central é a noção de *timing*. Não se podia, principalmente em se tratando de instituições financeiras da escala do Banco do Brasil e de muitos bancos estaduais, simplesmente dizer, de uma hora para outra, que a conta movimento havia acabado e que o Banco do Brasil teria que remunerar o Banco Central exatamente como os bancos privados. Isso significaria um ajuste brutal na estrutura de custos do Banco do Brasil, o que era impossível de ser realizado de imediato. O processo foi iniciado em 1980, e o país precisou de oito anos para completá-lo.

Ao longo do tempo, houve um processo sistemático de modernização dos bancos públicos no Brasil. Após o fim da conta movimento, houve a privatização dos bancos estaduais. O Banco Central passou a ter autonomia operacional com a adoção do regime de metas para a inflação e agora se discute a autonomia formal, com mandato fixo e não coincidentes da diretoria. Mas é fundamental manter, como único objetivo, o controle da inflação. Nada de instituir duplo mandato, inflação e crescimento, porque isso não funciona no Brasil.

Com um novo regime fiscal e um Banco Central autônomo, a qualidade da política macroeconômica do Brasil daria um salto, e ficaria muito menos visível esse famoso *stop and go*, que todos os economistas criticam, quando estão fora do governo, e praticam, quando estão no governo.

Um aspecto fundamental da estabilidade é a credibilidade institucional do Banco Central.

Importantíssimo! Os agentes econômicos precisam saber que a instituição tem uma maneira de atuar e vai agir no momento correto, independentemente do contexto político; não importa se há eleição ou reeleição, ou quem está liderando as pesquisas de intenção de votos. É importante estabelecer uma dissociação entre política de curto prazo, que tende muitas vezes a exacerbar as expectativas de modo até mesmo irracional, e aquilo que é estabilidade macroeconômica. O Banco Central pode funcionar como um grande escudo que protege a economia da turbulência política, que é um fato corriqueiro em qualquer democracia.

Seu período no Banco Central, como diretor e depois como presidente, foi marcado por um forte aperto de liquidez. Como os bancos reagiram, uma vez que vinham de um rápido processo de expansão?

Realmente, tivemos um duríssimo aperto de liquidez, porque mudamos a política monetária e partimos para uma política ativa de taxa de juros reais. Isso, combinado com a recessão econômica, levou várias instituições financeiras à insolvência. Talvez eu tenha sido o presidente do Banco Central que mais fez intervenções no sistema financeiro – mais de 80 instituições foram literalmente fechadas. Desde o início, declarei que não adotaria uma postura paternalista.

Esse é o ponto mais delicado porque, por lei, o Banco Central é o emprestador de última instância, portanto é obrigado a dar assistência de liquidez às instituições financeiras. Ao mesmo tempo, existe um limite além do qual essa assistência se transforma em processo crônico, permanente. Muitas vezes, o Banco Central é obrigado a dar assistência de liquidez a uma instituição e depois descobre que o problema é de má gestão. Nesse ponto, faz-se a intervenção.

Durante sua gestão, o país enfrentou uma crise com a dívida externa, não foi?

Sim, mas apesar das dificuldades institucionais, o Banco Central acabou se tornando um fator fundamental na gestão da crise da dívida externa. Na verdade, o Banco Central era a instituição mais preparada para liderar o processo de ajuste externo. Até porque uma de suas funções é administrar as reservas internacionais.

Na reunião anual do FMI em Toronto, em setembro de 1982, o ministro da Fazenda mexicano, [Jesús Silva] Herzog Flores, ao encontrar-se comigo, e na frente de toda a imprensa, exclamou: "E aí, Langoni, e eu que pensei que o Brasil fosse quebrar primeiro?!". Isso foi manchete de capa dos jornais no dia seguinte. Então percebi a enorme crise que estava sendo deflagrada e que isso constituiria uma grande oportunidade para o Banco Central conquistar um espaço próprio de atuação. E foi isso exatamente o que aconteceu.

Como assim?

Nós tomamos a liderança e descartamos a moratória unilateral, apesar das pressões políticas. Optamos por complexas negociações que envolviam várias frentes: bancos centrais, governos e bancos privados com o objetivo de evitar um ajuste ainda mais traumático. E tivemos sucesso. Os detalhes dessa saga procurei descrever no meu livro intitulado *A crise do desenvolvimento*, que contou com prefácio de Paul Volcker.[33]

Como conheceu Paul Volcker?

Acredito em certa premonição na vida. Em minha primeira reunião como presidente do Banco Central no FMI, em Washington, em abril de 1980, ao final dos debates entre os principais bancos centrais, fui surpreendido com um assistente do todo poderoso Paul Volcker, então presidente do Fed, dizendo que ele queria falar comigo. Pensei que ele quisesse algum esclarecimento sobre os rumos da economia brasileira, que já eram preocupantes, principalmente depois que ele

33 LANGONI, Carlos Geraldo. *A crise do desenvolvimento: uma estratégia para o futuro*. José Olimpio, 1985.

havia elevado a Libor para cerca de 20% ao ano. Quando cheguei à sua sala, Volcker, com aquele seu vozeirão e forte sotaque do interior dos Estados Unidos me pediu: "Doutor Langoni, mostre-me seu passaporte". Fiquei meio surpreso, mas percebi que devia ser uma brincadeira. Perguntei-lhe o porquê: "Quero confirmar a informação, que provavelmente é falsa, de que você tem apenas 37 anos de idade". A partir daí, nasceu uma grande amizade e uma admiração mútua que, indiretamente, ajudou muito o Brasil. Convidei Volcker para a inauguração do Edifício-Sede do Banco Central em julho de 1981. Para a surpresa de [Alexandre] Kafka, diretor representante do Brasil no FMI, ele veio e ficou aqui por uma semana. Certamente essa aproximação ajuda a explicar por que, dois anos depois, eu era o único presidente de um banco central que frequentava o apartamento simples de Volcker em Manhatan, onde ficávamos projetando o fluxo de caixa externo do Brasil.

Com a moratória do México e o duplo choque dos aumentos das taxas de juros e do preço do petróleo, houve o fim abrupto do modelo de crescimento financiado por endividamento externo. É importante lembrar que o Brasil, à época, importava 80% do petróleo que consumia. Por isso, não havia outra opção a não ser fazer um ajuste duro, de caráter recessivo, inclusive com a maxidesvalorização cambial de 30% em fevereiro de 1983, a fim de reduzir o *deficit* em conta-corrente, objetivo alcançado em apenas um ano.

Não se pensou em racionar petróleo. E essa era uma de nossas maiores fragilidades. A questão do abastecimento preocupava muito o governo. O presidente Figueiredo me chamou – essa foi uma das poucas vezes em que estive com ele pessoalmente, e me disse que fizesse o que achasse necessário em relação ao FMI e à política monetária, ainda que fossem medidas impopulares, mas que não poderia haver racionamento de combustível. Ao sair da reunião com o presidente, fui conversar com [Shigeaki] Ueki, então presidente na Petrobras e perguntei-lhe como estavam nossos estoques de petróleo. Ele respondeu que tínhamos o suficiente para o consumo dos próximos 30 dias e que estávamos com um navio parado na Arábia Saudita, porque os fornecedores não aceitavam mais cartas de crédito do Banco do Brasil.

Então, embarquei para Riad, na Arábia Saudita, para encontrar-me com o presidente do banco central daquele país, que eu conhecia das reuniões do FMI. Após três dias de intensas negociações, os árabes abriram uma linha de crédito direta ao Banco Central do Brasil, no valor de US$1,2 bilhão, para ser utilizada exclusivamente para as compras de petróleo saudita. Lembrando que esse país, o Iraque e o Kuwait eram nossos principais fornecedores à época. Um dos resultados do qual me orgulho, e todo o Banco Central também, foi ter atravessado essa profunda crise de liquidez sem que houvesse faltado combustível nos postos brasileiros.

Nesse ambiente de restrição de liquidez internacional, como estava a situação dos bancos brasileiros no exterior?

Esse foi outro desafio, pois tínhamos a presença importante do Banco do Brasil, do Banespa, do Banerj e do Banco Real no exterior e eles tiveram suas linhas interbancárias cortadas de forma radical. A estratégia do Banco Central foi criar um comitê dos bancos credores, procurando manter a liquidez de forma segmentada: dinheiro novo, amortizações, linhas comerciais (*trade financing*) e interbancárias. Como esses bancos não tinham acesso ao redesconto normal do Fed, Volcker designou a sede regional de Atlanta para assegurar a liquidez diária dessas instituições, usando recursos exclusivamente dos bancos privados.

Em fevereiro de 1983, a situação era tão dramática, que passei o carnaval literalmente com o diretor da Área Externa, [Jose Carlos Madeira] Serrano, na mesa de operações do Banco do Brasil, que era nosso principal problema. O Fed de Atlanta só fechava depois da posição interbancária ser zerada, de modo a assegurar a liquidez mínima e evitar a debacle do sistema financeiro brasileiro.

Como foi a famosa reunião do Hotel Plaza de Nova Iorque?

Ali, em 20 de dezembro de 1982, houve a formalização do processo de renegociação voluntária da dívida dos bancos privados, dezenas deles, que exigiu enorme esforço das autoridades brasileiras lideradas pelo Banco Central, apoiadas pelo Tesouro americano e por três bancos centrais chaves: o Fed, com Volcker; Bank of England, com

[Gordon] Richardson; e o Bundesbank, com [Karl Otto] Pöhl. Os bancos estrangeiros só cooperavam porque havia muita pressão de seus respectivos bancos centrais, e toda a estratégia dependia do acordo do Banco Central com o FMI. Esse acordo pressupunha as famosas cartas de intenções, nas quais eram estabelecidas metas rígidas de *deficit* público, inflação e reservas internacionais, e que tinham que ser cumpridas trimestralmente. Evidente que, como já vivíamos em um ambiente de total liberdade de imprensa e um Congresso bastante ativo, todo esse processo de ajuste externo foi intensamente debatido e criticado. Mas era inevitável e foi realizado. Acho que foi bem feito, dentro das circunstâncias.

Logo que fechamos o acordo com o FMI e o acordo do Plaza, o gerente-geral do Fundo, Jaques de Laroisière [de Champfeu], telefonou-me para agradecer e elogiar o trabalho realizado. Afirmava que eu não tinha ideia da importância de o Brasil liderar uma solução negociada para a crise. Além de muito relevante para o Brasil, a Carta com o FMI, o empréstimo do Fed e o acordo voluntário junto aos bancos credores estabelecia um protocolo de negociações que certamente se tornaria referência para os outros países em situações semelhantes.

E as negociações com os governos, o Clube de Paris?

Essa era outra negociação complexa e difícil. Contudo, o nível de tensão era menor, pois, afinal, tratava-se de governos que sabiam do risco de essa crise, que era basicamente latino-americana, contaminar toda a economia mundial que já atravessava uma situação de grande fragilidade. Havia interesses em jogo, principalmente, manter o comércio internacional em operação, e o Brasil era um importante mercado para países como a Alemanha, os EUA, o Japão e outros.

Qual sua avaliação final desse processo em sua gestão no Banco Central?

A verdade é que tive o privilégio de contar com uma equipe altamente qualificada, como o diretor da Área Externa, o Jose Carlos [Madeira] Serrano; na Área Cambial, o Emilio Garófalo; na Área Bancária, o [Antônio Chagas] Meirelles, que me acompanhavam na luta do dia a dia de um país que estava literalmente sem reservas internacionais.

Para me assessorar nas negociações internacionais trouxe também o diplomata do Itamarati Celso Marcos de Souza, um grande amigo que conhecia desde os tempos de faculdade no Rio. Terminou sua carreira como embaixador do Brasil em Portugal e até hoje trabalha comigo.

Nesse contexto, tivemos que adotar a centralização cambial, a fim de racionar o uso das divisas. E mesmo com o ajuste cambial, havia um controle administrativo das importações. Era uma situação de extrema gravidade. Mas sempre mantive o otimismo de que iríamos superar os obstáculos.

Carlos Eduardo de Freitas, então chefe do Departamento de Operações Internacionais, era quem me recebia na segunda-feira pela manhã, com as projeções do fluxo de caixa externa. Era a primeira pessoa com a qual conversava ao chegar ao Banco Central. Ele dizia: "Presidente, dessa semana não vamos passar". E, realmente, quando eu olhava as estatísticas, o hiato de liquidez da ordem de US$1 bilhão-US$2 bilhões era apavorante. E começavam minhas ligações telefônicas para Volcker, para Richardson e para Pöhl. Era essa a nossa rotina diária de crise em 1982, que me levou a ter mais horas de voo que um comandante internacional da Varig. Até ganhei um certificado!

Note-se que, com a crise da dívida externa, a política econômica passou a ser automaticamente austera.

O que acha que poderia ter sido feito diferente?

Uma vez superado o momento mais crítico da crise, quando concluímos a renegociação com os bancos, tínhamos o refinanciamento do FMI – com a primeira carta de intenções – e já havíamos estabilizado as linhas de financiamento bancárias e do país, a minha visão é que poderíamos trabalhar com metas mais flexíveis e realistas com o Fundo, sem abrir mão do ajuste macroeconômico. Mas, principalmente, com objetivos que pudessem ser cumpridos.

Eu não me sentia confortável assinando cartas-compromisso que eu sabia que não poderiam ser cumpridas.[34] Foi essa divergência

34 A terceira "Carta de Intenções" com o FMI previa zerar o *deficit* público e reduzir a inflação para 55% já em 1984: a meta era, de fato, impossível. Veja entrevista do professor Langoni no O Globo na época.

de estratégia que acabou por levar à minha saída prematura da presidência do Banco Central.

Em termos de política econômica, o que faltou, uma vez que o ajuste era compulsório, foi iniciar um processo de desindexação da economia. Com uma economia superindexada como a que herdamos, as maxidesvalorizações tiveram o efeito colateral de acelerar a inflação, mesmo em ambiente recessivo. Esse esboço de um plano mais ousado de ajustamento, chegou a ser solicitado pelo ministro Galvêas, que me pediu algumas ideias. Essas ideias caminhavam na linha de um processo mais amplo de desindexação, combinado com um aperto fiscal, mas nunca chegaram a ser debatidas nem implementadas. Isso só veio a ser realizado mais à frente, após várias tentativas, com sucesso, pelo Plano Real.

De qualquer forma, o saldo foi muito positivo. A recessão foi dura, porém curta. Em 1983, já caminhávamos para expressivos *superavit* comerciais e os níveis de liquidez internacional estavam sendo gradualmente recuperados. A economia estava preparada para um novo ciclo de crescimento, se a consistência da política macro tivesse sido mantida na transição democrática.

Outro ponto é que, apesar de todas as resistências ao FMI, o Brasil buscou seu apoio em diversos momentos, e rompeu-se o dogma de que parcerias com o Fundo inviabilizariam o crescimento do país.

Houve algum avanço institucional que gostaria de destacar?

Além do fim gradual da conta movimento do Banco do Brasil e da eliminação das áreas de fomento do Banco Central, a modernização operacional mais relevante foi a criação do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic) em novembro de 1979, quando eu era diretor da Área Bancária do Banco Central. Foi um dos primeiros sistemas no mundo a assegurar a liquidação virtual de transações entre títulos. Criaram-se os títulos públicos virtuais, com absoluta segurança, e sua liquidação contra reservas bancárias, acabando com uma fonte de incertezas e riscos (risco zero de liquidação). A partir

disso, surgiu a famosa taxa Selic, a taxa básica de juros, formada nesse processo de liquidação de títulos e reservas bancárias.[35]

Outra iniciativa foram os estudos para um sistema equivalente de títulos privados, que iria resultar na Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos (Cetip), que ainda hoje é o que colocou o Brasil no estado da arte nesse segmento.

Houve também a extensão do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) para operações de crédito e para a área cambial. Nesse último caso, a ideia era contribuir na arbitragem entre o diferencial das taxas do mercado paralelo e oficial. O IOF transformou-se em importante instrumento parafiscal.[36]

No âmbito das negociações com o FMI, conseguimos que fosse introduzido o conceito de *deficit* primário nos acordos com essa instituição, uma vez que a inclusão do efeito da inflação nas estatísticas nominais descaracterizava os avanços alcançados.

Na minha gestão, em março de 1980, começou a operar a Fundação Banco Central de Previdência Privada – Centrus, que possui até hoje um nível de governança absolutamente inquestionável.

Finalmente, aguardo a última etapa da modernização institucional da política monetária – a independência formal do Banco Central. Essa reforma voltou à agenda política e deveria ser aprovada o quanto antes, a fim de permitir que a estabilidade macro seja permanente e não interrompida por pressões políticas.

Já avançamos muito, mas precisamos aproveitar esse momento excepcional porque, graças à competência do Banco Central, temos uma inflação historicamente baixa e com os preços administrados em níveis realistas.

---

35 A implantação do Selic ocorreu em 14 de novembro de 1979, sob a égide da Circular 466, de 11 de outubro de 1979, do Banco Central do Brasil, que aprovou o Regulamento do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia de Letras do Tesouro Nacional. Ver também o Manual de Finanças Públicas: http://www.bcb.gov.br/htms/infecon/finpub/cap8p.pdf.

36 Decreto-Lei 1783, de 18 de abril de 1980, que dispõe sobre o imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro e sobre operações relativas a títulos e valores mobiliários.

Como antecipava sabiamente o grande economista liberal Roberto Campos, o problema brasileiro não é mais – felizmente – a dívida externa e sim a **dúvida interna**. O Banco Central só poderá cumprir sua missão plenamente se contar com o complemento de uma política fiscal consistente e previsível. Esse continua sendo nosso grande desafio.

Índice Onomástico

A	
Amorim, Paulo Henrique dos Santos	52

B	
Bacha, Edmar Lisboa	75, 76, 77, 79
Bardella, Cláudio	62
Bulhões, Octavio Gouvêa de	9, 23, 25, 26, 28, 30, 64, 65, 81

C	
Campos, Roberto de Oliveira	22, 26, 64, 65, 81, 101
Cardoso, Fernando Henrique	11
Carneiro Netto, Dionísio Dias	77, 79
Carvalho, José Luís	77, 79
Castelo Branco, Humberto de Alencar	22, 23, 26, 28, 29, 64
Castro, Cláudio de Moura	43
Castro, José Kleber Leite	87
Chacel, Julian Alfonso Magalhães	9, 23, 25, 30
Costa e Silva, Artur da	22, 25, 86
Colassuonno, Miguel	48, 75
Curio, Marina	16
Curio, Murilo	16
Curio, Pedro	15, 16

D	
Daley, Richard Joseph	36
Daley, Richard Michael	36
Dias, Guilherme	35, 37
Doellinger, Carlos Von	24
Dutra, Cristiana	83

F	
Faro, Clovis José Daudt Lira Darriguede	77
Figueiredo, João Baptista de Oliveira	84, 95
Fishlow, Albert	48, 49, 51, 52
Franco, Gustavo Henrique de Barroso	91
Friedman, Milton	33, 34, 41, 65
Furtado, Celso Monteiro	26, 27

G	
Galvêas, Ernane	10, 86, 87, 90, 99

Geisel, Ernesto Beckmann	54, 57, 62, 64
Goulart, João Belchior Marques	26, 85
Guedes, Paulo	80
Gudin, Eugênio	23, 25, 30, 81, 87

H

Haddad, Cláudio	77, 87
Harberger, Arnold	9, 33, 34, 35, 39, 41, 44

I

Ikeda, Akihiro	75

J

Jobim, Antônio Carlos Brasileiro de Almeida	23
Johnson, Harry Gordon	33, 34, 42, 44
Johnson, Lyndon Baines	37

K

Kennedy, Robert Francis	36, 37
Kerstenetzky, Isaac	9, 23, 30, 33
Kogut, Edy Luiz	63, 77
Kubitschek, Juscelino, v. Oliveira, Juscelino Kubitschek de	27, 36

L

Langoni, Maria Alice	17
Leal, Carlos Ivan Simonsen	83
Leme, Og Francisco	9, 31, 32, 45
Lemgruber, Antônio Carlos	63, 77
Lemos, Augusto Jefferson de Oliveira	78
Leite, Antônio Dias	9, 25
Lopes, Francisco Lafaiete de Pádua	77, 79
Lopes, Luís Simões	17, 76

M

Malan, Pedro Sampaio	49, 91
Médici, Emílio Garrastazu	22, 25, 55, 86
Mello, Fernando Affonso Collor	85
Meneses, Jorge Duílio Lima v Ben Jor, Jorge	23
Montello, Jessé de Souza	9, 23, 32
Muniz, Amaury Pereira	20, 21
Mundell, Robert	42

N	
Néri, Marcelo Cortes	56
Netto, Antônio Delfim	10, 48, 54, 75, 90
Nogueira, Rui	23

O	
Oliveira, João Gilberto Prado Pereira de	23

P	
Passarinho, Jarbas Gonçalves	55
Pastore, Affonso Celso	9, 32, 45, 47, 48, 75, 78
Prebisch, Raúl	26, 27

R	
Rocca, Antônio Carlos	9, 45, 47, 48, 75

S	
Sá, Jaime Magrassi de	22
Schultz, Theodore William	9, 33, 39, 40, 41, 44
Senna, José Julio	63, 77
Serra, José	49
Serrano, José Carlos Madeira	87, 96, 97
Silva, Antônio Maria da	77
Silva, Vítor da	46
Simonsen, Mário Henrique	10, 22, 24, 25, 26, 30, 46, 49, 54, 56, 58, 62, 64, 65, 66, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 84, 86, 87, 90, 91
Stigler, George Joseph	33
Stukart, Gregorio Forell Lowe	79
Suplicy, Eduardo Matarazzo	50, 51

T	
Tavares, Maria da Conceição de Almeida	23, 50

V	
Vargas, Getulio Dornelles	19
Veloso, Antônio Augusto dos Reis	87
Velloso, João Paulo dos Reis	31, 45, 51, 58, 62, 63, 81, 84

W	
Werneck, Rogério Ladeira Furquim	77, 79
Wey, Hermann Wagner	87

BANCO CENTRAL
DO BRASIL

(...) HÁ UMA CURIOSA LIÇÃO DE ECONOMIA, muito simples, mas que ninguém exercita na prática: em geral, o ajustamento voluntário tem um custo social menor do que o compulsório, ou seja, se os governos adotassem as medidas necessárias para corrigir os desequilíbrios quando surgissem os primeiros sinais, o impacto recessivo seria muito menor.

CARLOS GERALDO LANGONI
Ex-Presidente do
Banco Central do Brasil